

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	23
4.7 - Outras contingências relevantes	25
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	26

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	31
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	33
5.4 - Outras informações relevantes	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	38
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	39
6.7 - Outras informações relevantes	40
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	41
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	42
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	44
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	46
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	47
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	48
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	49
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	50
7.9 - Outras informações relevantes	51
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	52
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	55
8.3 - Operações de reestruturação	56
8.4 - Outras informações relevantes	57
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	58
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	59

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	60
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	61
9.2 - Outras informações relevantes	62
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	63
10.2 - Resultado operacional e financeiro	76
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	78
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	79
10.5 - Políticas contábeis críticas	81
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	87
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	89
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	91
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	92
10.10 - Plano de negócios	93
10.11 - Outros fatores com influência relevante	94
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	95
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	96
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	97
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	99
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	101
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	102
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	103
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	104
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	118
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	119

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	123
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	124
12.12 - Outras informações relevantes	125

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	126
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	129
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	133
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	134
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	135
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	139
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	140
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	141
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	142
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	143
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	144
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	145
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	146
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	147
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	148
13.16 - Outras informações relevantes	149

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	150
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	152
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	153

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	154
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	155
15.3 - Distribuição de capital	166
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	167
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	172
15.7 - Outras informações relevantes	173
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	174
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	175
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	178
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	179
17.2 - Aumentos do capital social	180
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	181
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	182
17.5 - Outras informações relevantes	183
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	184
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	185
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	186
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	187
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	188
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	189
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	190

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	191
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	192
18.10 - Outras informações relevantes	193
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	194
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	195
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	196
19.4 - Outras informações relevantes	197
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	198
20.2 - Outras informações relevantes	199
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	200
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	201
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	202
21.4 - Outras informações relevantes	203
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	204
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	205
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	206
22.4 - Outras informações relevantes	207

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0002-01
Período de prestação de serviço	11/04/2011 a 20/04/2012
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras consolidadas do exercício, preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, incluindo a revisão das informações trimestrais (ITR's), revisão dos critérios adotados para elaboração das demonstrações financeiras das empresas controladas não auditadas por nossos auditores ou por outros auditores contratados.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 78.000,00, conforme previsto no contrato e refere-se aos serviços de auditoria descritos no item 2.1 (d) acima. Não foram contratados ou prestados serviços de qualquer outra natureza.
Justificativa da substituição	A substituição do auditor foi efetuada em razão da política de redução de custos adotada pela Companhia.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Maria Salete Garcia Pinheiro	11/04/2011 a 20/04/2012	299.484.367-68	Rua da Candelária nº 65, 11, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-040, Telefone (021) 32326063, Fax (021) 25166591, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	536-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BKR - Lopes Machado Auditores
CPF/CNPJ	40.262.602/0001-31
Período de prestação de serviço	21/04/2012
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras consolidadas do exercício, preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, incluindo a revisão das informações trimestrais (ITR's), revisão dos critérios adotados para elaboração das demonstrações financeiras das empresas controladas não auditadas por nossos auditores ou por outros auditores contratados.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 21.000,00, conforme previsto no contrato e refere-se aos serviços de auditoria descritos no item 2.1 (d) acima. Não foram contratados ou prestados serviços de qualquer outra natureza.
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mario Vieira Lopes	21/04/2012	272.471.477-68	Rua São José 70, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20010-020, Telefone (21) 21565800, Fax (21) 22626806, e-mail: mariolopes@bkr-lobesmachado.com.br

Participações Industriais do Nordeste

»S

2.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens 2.1 e 2.2 acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	188.128.960,07	141.594.841,55	111.752.542,33
Ativo Total	33.875.171,32	276.290.000,96	413.555.775,76
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	105.523.751,67	84.235.850,60	59.901.390,73
Resultado Bruto	3.776.849,00	3.386.712,94	1.933.432,70
Resultado Líquido	0,00	33.174.531,72	20.958.374,22
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	0	157.388	157.388
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1.195,313239	899,654621	710,044872
Resultado Líquido por Ação	302,631203	210,781834	133,163737

Participações Industriais do Nordeste

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia não tem a prática de divulgar medições não contábeis.

Participações Industriais do Nordeste

imas demonstrações financeiras

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras que as tenham alterado substancialmente.

Participações Industriais do Nordeste

Resultados

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando (a) regras sobre retenção de lucros; (b) regras sobre distribuição de dividendos; (c) periodicidade das distribuições de dividendos; e (d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

A política de destinação dos resultados do emissor baseia-se nas regras estatutárias que tratam do assunto. Segundo tais normas, o lucro líquido apurado terá a seguinte destinação:

- (i) 5% para constituição do fundo da reserva legal, até que atinja 20% do capital social;
- (ii) 25%, no mínimo, calculados com os ajustamentos da Lei, para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo certo que os detentores de ações preferenciais classe "A" terão (a) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação e (b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item (i) acima; e
- (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a assembleia geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará (a) ao aumento da participação acionária detida pelo emissor nas suas controladas e/ou coligadas, (b) ao reforço de capital, e/ou (c) ao pagamento de dividendos aos acionistas.

Ainda de acordo com o estatuto social do emissor, poderá o Conselho de Administração determinar que seja levantado balanço intermediário e com base nele, após deduzida a percentagem destinada à reserva legal, deliberar a distribuição de dividendos intermediários por conta dos lucros apurados.

Como o emissor depende do pagamento de lucros por suas controladas e coligadas para declarar dividendos, não há uma política quanto à periodicidade de distribuição de tais proventos. Não há também qualquer restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Nos últimos três exercícios sociais, os resultados apurados pelo emissor tiveram a seguinte destinação:

a) Resultado apurado em 2011: do lucro líquido no montante de R\$ 20.958.374,22, a parcela de R\$ 1.047.918,71 foi destinada à constituição da reserva legal, e o saldo de R\$ 19.910.455,51, teve a seguinte destinação: (i) R\$ 668.606,65 para pagamento de dividendo prioritário aos titulares de ações preferenciais Classe A, (ii) R\$ 4.309.007,23 para a conta de reserva de lucros a realizar, e (iii) R\$ 14.932.841,63 para a conta da reserva estatutária.

b) Resultado apurado em 2012: do lucro líquido no montante de R\$ 33.174.531,27, a parcela de R\$ 1.658.726,56 foi destinada à constituição da reserva legal, e o saldo no valor de R\$ 31.515.804,71 teve a seguinte destinação: (i) R\$ 866.342,63 para pagamento de dividendo prioritário aos titulares de ações preferenciais classe A, (ii) R\$ 7.012.608,55, correspondente ao dividendo obrigatório, já deduzido o montante pago a título de dividendo prioritário, para a reserva especial, conforme disposto no artigo 202, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia, por ser incompatível

Participações Industriais do Nordeste

sultados

com a situação financeira da Companhia, sendo certo que, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia; e (iii) R\$ 23.636.853,53 para a conta da reserva estatutária.

c) Resultado apurado em 2013: do lucro líquido no montante de R\$ 47.630.519,79, a parcela de R\$ 2.381.525,99 foi destinada à constituição da reserva legal, e o saldo remanescente no valor de R\$ 45.248.993,80 teve a seguinte destinação: (i) R\$ 1.132.329,53 para pagamento de dividendo prioritário aos titulares de ações preferenciais classe A; (ii) R\$ 10.179.918,92, correspondente ao dividendo obrigatório, já deduzido o montante pago a título de dividendo prioritário, para a reserva especial, conforme disposto no artigo 202, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia, por ser incompatível com a situação financeira da Companhia, sendo certo que, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia; e (iii) R\$ 33.936.745,35 para a conta da reserva estatutária.

Por fim, não foram realizadas retenções com base em orçamento de capital nos últimos três exercícios sociais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	45.248.993,90	31.515.804,70	19.910.455,51
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	2,502441	2,748915	0,033581
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	25,318150	23,429195	1,783306
Dividendo distribuído total	1.132.329,53	866.342,63	668.606,65
Lucro líquido retido	10.179.918,92	30.649.462,08	19.241.848,86
Data da aprovação da retenção	30/04/2014	30/04/2013	30/04/2012

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Prioritário Mínimo							
Preferencial	Preferencial Classe A	1.132.329,53	22/05/2014	866.342,63	06/06/2013	668.606,65	06/06/2013

Participações Industriais do Nordeste

Conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Informar se, nos últimos 3 exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	89.935.673,01	Índice de Endividamento	0,36145387	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Flutuante	15.394.525,16	25.035.223,26	826.801,10	3.488.624,43	44.745.173,95
Quirografárias	24.221.619,40	20.968.879,66	0,00	0,00	45.190.499,06
Total	39.616.144,56	46.004.102,92	826.801,10	3.488.624,43	89.935.673,01

Observação

O montante de obrigações do emissor com tipo de garantia real se refere à dívida bancária de curto e longo prazo. O montante classificado como tipo de garantia quirográfica se refere às demais obrigações do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

»S

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes foram divulgadas.

Participações Industriais do Nordeste

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

As informações apresentadas abaixo descrevem os principais riscos que podem influenciar a decisão de investimento, de forma decrescente por relevância:

a. Ao emissor

A Participações Industriais do Nordeste S.A. é uma companhia holding e depende do resultado de suas investidas.

A Participações Industriais do Nordeste S.A. é uma holding e a capacidade de honrar suas obrigações financeiras com credores e de pagar dividendos aos seus acionistas, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas e controladas em conjunto e da distribuição destes lucros na forma de dividendos e juros sobre capital próprio.

Algumas das controladas e controladas em conjunto estão ou poderão futuramente estar sujeitas a contratos de empréstimo que restrinjam ou limitem a transferência de dividendos ou outros recursos aos acionistas.

b. Às Controladas e Coligadas da Companhia

Concorrência no mercado de atuação

O mercado de latas de alumínio, no qual a controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. atua, apresenta elevada concorrência, que poderá afetar adversamente suas margens operacionais e o resultado de suas operações.

Custos sujeitos a variações no preço da matéria prima

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. não faz *hedge* de sua exposição a flutuações do preço do alumínio, que está vinculado ao preço desta *commodity* no mercado internacional e também à taxa de câmbio Real/Dólar. Apesar de ter contratos com seus clientes prevendo o repasse dos aumentos no preço desta matéria-prima ao preço de seus produtos, normalmente existe uma defasagem entre a mudança do preço do alumínio e a data na qual a controlada efetivamente repassa tal aumento de custo aos seus clientes nacionais. Por conseguinte, se no futuro o preço do alumínio subir bruscamente (por exemplo, por conta de grande desvalorização cambial), talvez a controlada não consiga repassar imediatamente todos os aumentos correspondentes a estes custos aos seus clientes nacionais, o que provavelmente reduziria temporariamente sua margem bruta e

Participações Industriais do Nordeste

seu lucro líquido, afetando negativamente sua performance financeira, de forma geral.

Ajustes futuros de tributos incidentes sobre produtos vendidos e comprados

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. é beneficiada por alguns incentivos fiscais. Ajustes futuros de tributos feitos pelos governos federal e estadual sobre os produtos vendidos, de forma direta ou indireta, podem reduzir os incentivos fiscais apurados, afetando negativamente o resultado da empresa.

Rígida regulamentação ambiental

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. está sujeita à rigorosa legislação ambiental brasileira, federal, estadual e municipal relativa à saúde humana, ao manejo e descarte de resíduos sólidos e perigosos e às descargas de poluentes na atmosfera e na água. Caso a legislação ambiental se torne mais rigorosa no Brasil e no mundo, o valor e cronograma de futuros investimentos necessários à observância da referida legislação podem aumentar substancialmente, podendo reduzir a disponibilidade dos recursos da Companhia para outros investimentos de capital e outras finalidades e afetar adversamente sua performance financeira em geral.

c. A seus clientes

Sazonalidade nas vendas

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. atua no setor de embalagens de alumínio para bebidas, com foco em cervejas, que apresenta sazonalidade nas vendas ao longo do ano, tornando a empresa sujeita a oscilações no resultado. Adicionalmente, este setor é bastante sensível a variações de renda da população. Desta forma, em momentos de forte aperto monetário, onde se verifique uma sensível redução de renda, pode ser apresentada uma redução no resultado operacional, por retração nas vendas.

d. A seus fornecedores

Dependência de poucos fornecedores para obtenção de matéria-prima

A Novelis Inc. é a principal fornecedora de alumínio da controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. e também é a única fabricante deste produto no Brasil. Problemas de produção deste fornecedor podem implicar num desabastecimento temporário da Companhia, o que poderá prejudicar seu resultado. A alternativa de abastecimento em caso de problemas de produção da

Participações Industriais do Nordeste

Novelis seria a importação do alumínio. Em função do demorado prazo para recebimento de produtos importados, a controlada em conjunto poderá ficar sem matéria prima para sua produção, o que acarretará na redução de suas vendas e, conseqüentemente, na redução do seu resultado líquido.

Participações Industriais do Nordeste

vas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais suas controladas e controladas em conjunto estão expostas e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia constantemente monitora mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance, além de adotar uma política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Litígios pendentes

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. está envolvida em ações fiscais que, em caso de decisão desfavorável, podem vir a afetar de forma negativa seus resultados operacionais e condição financeira. De acordo com os seus assessores jurídicos, o desfecho desses processos será favorável, de forma que a Latapack-Ball Embalagens Ltda. não constitui qualquer provisão no balanço patrimonial.

Perdas não cobertas por seguros

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. mantém contratos de seguro em diferentes modalidades, exigidas ou não por lei, tais como apólices de responsabilidade civil e de danos causados por incêndios, explosões ou queda de raios. A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que eventualmente não estejam cobertas por tais apólices ou que excedam os limites destas, poderão acarretar custos adicionais não previstos, podendo afetar de forma negativa os seus resultados e condição financeira.

Inadimplência

A política de vendas da Latapack-Ball Embalagens Ltda. se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido por meio da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco).

trativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Participações
Industriais do Nordeste****4.3 Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:**

A Companhia esclarece que todos os processos relacionados abaixo foram considerados como relevantes em razão do montante envolvido.

I) Tributários**Controlada indireta em conjunto:**

Latapack-Ball Embalagens Ltda.

PROCESSOS		
Número	6043/2005	218485/2009 (3.111.529-1)
Juízo	Anexo Fiscal da Comarca de Jacareí/SP	Administrativo
Instância	2ª instância	2ª instância
Data de Instauração	11/5/2005	27/3/2009
Polo Ativo	Procuradoria da Fazenda Nacional	Procuradoria da Fazenda Nacional
Polo Passivo	Latapack-Ball Embalagens Ltda.	Latapack-Ball Embalagens Ltda.
Valores Envolvidos	R\$ 4.290.946,70	R\$ 27.066.135,27
Principais Fatos	Execução fiscal fundada em inscrição em dívida ativa de IPI, referente aos períodos de apuração 2000/2001, relativos à filial de Jacareí. Embora com erro formal (recolhimento foi efetuado centralizadamente pela matriz na Bahia), os valores se encontram devidamente recolhidos aos cofres públicos.	Auto de infração e imposição de multa fundado em suposto crédito indevido do ICMS no período de abril de 2004 a dezembro de 2008.
Chances de Perda	Possível	Possível
Análise do Impacto em caso de perda	Trata-se de débito extinto pelo pagamento.	Caso a decisão final no âmbito administrativo seja desfavorável, a empresa irá discutir judicialmente a exigência.
Valor provisionado	Não existem valores provisionados, pois se trata de processo classificado como possível.	Não existem valores provisionados, pois se trata de processo classificado como possível.

II) Trabalhistas

Não aplicável, pois não existem processos trabalhistas relevantes para serem descritos nesta seção.

trativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Participações
Industriais do Nordeste****III) Cíveis****Controlada indireta em conjunto:**

Latapack-Ball Embalagens Ltda.

PROCESSO	
Número	1027649-26.2014.8.26.0100
Juízo	30ª Vara Cível Foro Central SP
Instância	1ª instância
Data de Instauração	25/3/2014
Polo Ativo	Latapack-Ball Embalagens Ltda.
Polo Passivo	Novelis do Brasil Ltda.
Valores Envolvidos	R\$ 3.995.370,73
Principais Fatos	Ação cautelar ajuizada visando a concessão de liminar que coíba a modificação unilateral e consequente majoração do preço do contrato de fornecimento firmado entre as partes.
Chances de Perda	Remota
Análise do Impacto em caso de perda	O montante total discutido está integralmente depositado judicialmente.
Valor provisionado	R\$ 5.830.615,39

IV) Outros**Controlada indireta em conjunto:**

Latapack-Ball Embalagens Ltda.

PROCESSO	
Número	0060857-75.2013.4.01.3400
Juízo	Fórum Federal de Brasília/DF 16ª Vara
Instância	1ª instância
Data de Instauração	17/10/2013
Polo Ativo	Latapack-Ball Embalagens Ltda.
Polo Passivo	Banco Central do Brasil
Valores Envolvidos	R\$ 7.263.564,99
Principais Fatos	Trata-se de ação anulatória de ato administrativo ajuizada pela Latapack-Ball Embalagens Ltda. com objetivo de obter a decretação de nulidade da decisão proferida pelo Banco Central do Brasil nos autos do Processo Administrativo 0401241554, em que se deu provimento ao Recurso de Ofício nº 9655, para concluir que a empresa teria supostamente realizado compensação privada de crédito.
Chances de Perda	Possível
Análise do Impacto em caso de perda	Caso a decisão final no âmbito judicial seja desfavorável, a empresa providenciartá o pagamento.
Valor provisionado	Não existem valores provisionados, pois se trata de processo classificado como possível.

Participações Industriais do Nordeste

ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, investidores do emissor ou de suas controladas:

Não aplicável, visto que nem a Companhia nem suas controladas possuem demandas desta natureza.

Participações Industriais do Nordeste

es

4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, pois não há processos sigilosos ou em segredo de justiça, em que figurem como parte ativa ou passiva a Companhia ou suas controladas.

trativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos**Participações
Industriais do Nordeste****4.6 Os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte:**

A Companhia esclarece que todos os processos relacionados abaixo foram considerados como relevantes em razão do montante envolvido, e que o emissor não possui nenhum processo que se enquadre nessa situação.

Com relação às suas controladas, existem processos cíveis da PQ Seguros S.A. e da controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. ("Latapack-Ball"), que somados em razão da semelhança das causas jurídicas se tornam relevantes, conforme informado nas tabelas abaixo.

Conforme determinação da SUSEP, os valores provisionados abaixo mencionados são integralmente garantidos por aplicações em títulos públicos federais (LFTs):
Data base: abril/2014

Juízo	Cível
Partes no Processo	Ex-segurados X PQ Seguros S.A.
Valores Envolvidos	R\$ 4.236.539,17
Valores Provisionados	R\$ 1.827.021,92
Prática que causou a contingência	Ações relacionadas à cobrança de indenização de seguro, com diversas teses processuais, de apólices emitidas pela PQ Seguros S.A. até o ano de 1995.

A diferença entre os valores envolvidos e os valores provisionados se deve a uma real avaliação da participação da PQ Seguros S.A. nos processos, uma vez que na maioria das lides a PQ Seguros S.A. não responde pela integralidade do valor envolvido por ser cossegurada.

Contudo, a PQ Seguros S.A. mantém a integralidade dos valores envolvidos em LFTs por conservadorismo e análise de risco interna. O principal fundamento para tal conservadorismo é a eventual possibilidade de condenações solidárias, nas quais a PQ Seguros S.A. teria que arcar com parcela maior que a estipulada na apólice e, posteriormente, intentar o regresso face a outras seguradoras.

A controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. possui os seguintes processos trabalhistas que, em conjunto, se tornam relevantes:
Data base: março de 2014

Juízo	Trabalhista
Partes no Processo	Ex-funcionários da Latapack-Ball X Latapack-Ball
Valores Envolvidos	R\$ 18.883.816,49
Valores Provisionados	Não há provisão, pois se tratam de processos classificados como "possível"

trativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos**Participações
Industriais do Nordeste**

	e segundo as normas de contabilidade não há necessidade de provisionar. Constam em nota explicativa no balanço da sociedade.
Prática que causou a contingência	Demandas trabalhistas movidas em face da Latapack-Ball por ex-funcionários pleiteando direitos trabalhistas supostamente não pagos, indenizações, etc.

Juízo	Trabalhista
Partes no Processo	Ex-funcionários/funcionários de empresas contratadas pela Latapack-Ball X Latapack-Ball
Valores Envolvidos	R\$ 27.120,00
Valores Provisionados	Não há provisão, pois se tratam de processos classificados como "possível" e segundo as normas de contabilidade não há necessidade de provisionar. Constam em nota explicativa no balanço da sociedade.
Prática que causou a contingência	Demandas trabalhistas movidas em face da Latapack-Ball por terceiros pleiteando direitos trabalhistas supostamente não pagos, indenizações, responsabilidade solidária da Latapack-Ball, etc.

Participações Industriais do Nordeste

ites

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não existem contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Participações Industriais do Nordeste

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

c. hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

d. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

Participações Industriais do Nordeste

» riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios. Os contratos firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas como CDI, SELIC, IPCA e IGP-M. Riscos cambiais também afetam a Companhia diretamente, uma vez que a controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. tem sua margem operacional indexada ao dólar mantendo grande parte de seu endividamento bancário indexado a esta moeda.

Seguem abaixo explicitados os riscos, por ordem decrescente de relevância, ao quais a Companhia está sujeita:

Riscos cambiais

Por ter sua margem operacional indexada ao dólar, a controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. mantém grande parte de seu endividamento bancário indexado a esta moeda. Esta estratégia se traduz numa proteção/hedge natural do fluxo de caixa da empresa.

Todavia, no caso de ocorrência de significativa desvalorização do real em relação ao dólar, é possível que haja uma deterioração dos resultados da controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. no curto prazo. Como o montante de dívida indexada em dólar é superior ao resultado operacional da controlada em conjunto, no caso de uma grande desvalorização cambial, haverá um descasamento temporário entre o impacto no resultado operacional (positivo com efeito no longo prazo) e o impacto na despesa financeira (negativo com efeito no curto prazo). No longo prazo, estas variações convergiriam para um valor muito próximo.

Risco relacionados às taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto são indexadas ao CDI (certificado de depósito interbancário). Reduções na taxa de juros base (SELIC) implicarão em diminuição do resultado. Adicionalmente, parte do passivo operacional (notadamente parcelamento de tributos) também é indexado à taxa SELIC, de modo que com a redução da taxa de juro, parte da redução da receita financeira das aplicações será compensada com a redução das despesas financeiras da atualização destes tributos parcelados.

Excluído: ¶

Participações Industriais do Nordeste

↳ riscos de mercado

Flutuações nas taxas de juros do mercado internacional não ocasionarão alterações relevantes no resultado da Companhia.

Riscos relacionados ao preço das commodities (aço, diesel, energia elétrica, etc.)

O principal insumo para produção de latas é o alumínio, cujo preço sofre flutuações em função da volatilidade da cotação desse insumo bem como da variação da cotação do dólar norte-americano.

Excluído: ¶

Riscos relacionados à inflação

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. tem parte relevante de seus gastos fixos com histórico de variação próximos aos índices oficiais de inflação.

A Companhia também entende que não há riscos no seu resultado por conta de variação dos índices de inflação internacional.

A inflação e as medidas governamentais para combatê-la poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá vir a causar um efeito adverso nas atividades da Companhia e no mercado de capitais brasileiro.

O Brasil apresentou taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real, em 1994. De acordo com o IGP-M, as taxas de inflação no Brasil foram de 7,8% em 2007, 9,8% em 2008, -1,7% em 2009, 11,32% em 2010, 5,10% em 2011 e 7,82% em 2012. De acordo com o IPCA, as taxas de inflação de preços no Brasil foram de 4,5% em 2007, 5,9% em 2008, 4,3% em 2009, 5,9% em 2010, 6,50% em 2011 e 5,84% em 2012. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação incluem a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros e a consequente limitação à disponibilidade de crédito e a redução do crescimento econômico. A inflação, as medidas para combatê-la e as prováveis medidas adicionais também contribuem de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, uma eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal pode vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e na redução do poder aquisitivo da população, o que resultaria na diminuição da demanda dos produtos da Companhia e na redução das vendas líquidas. Uma elevação na taxa de inflação pode, ademais, aumentar alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não consiga repassá-los aos clientes, o que pode, em consequência, reduzir suas margens de lucro e o seu lucro

Participações Industriais do Nordeste

riscos de mercado

líquido. Além disso, um aumento da taxa de inflação pode gerar uma elevação na taxa de juros interna, o que, por conseguinte, elevaria os custos do serviço com dívidas expressas em reais da Companhia, acarretando lucro líquido menor. A elevação da taxa de inflação e seu efeito sobre a taxa de juros interna podem, ademais, acarretar redução da liquidez nos mercados internos de capitais e de crédito, o que afetaria a capacidade da Companhia de refinar seu endividamento.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, pode vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades e nos resultados operacionais da Companhia.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- movimentos de taxas de câmbio;
- taxas de políticas de controle;
- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, ou "PIB";
- inflação;
- política fiscal;
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- instabilidade social e política.

Excluído: 1

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro

Participações Industriais do Nordeste

↳ riscos de mercado

pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Sendo assim, tais incertezas e os acontecimentos futuros na economia brasileira podem prejudicar as atividades e os resultados operacionais da Companhia.

Riscos relacionados ao aumento da sinistralidade (ramo DPVAT)

O aumento da sinistralidade, especificamente neste ramo, pode estar ligado tanto pela falta de conhecimento da população a respeito das regras do convênio quanto pelo crescimento do volume de ocorrências de sinistros por acidentes de trânsito. Tais incertezas podem prejudicar os resultados da controlada PQ Seguros S.A., podendo resultar em possíveis necessidades de aporte de capital.

Excluído: ¶

Participações Industriais do Nordeste

nciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

Conforme mencionado no item 5.1 acima, os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e busca se proteger são: risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez e as eventuais oscilações nas taxas de juros e de inflação.

A Companhia procurar mitigar os riscos mencionados no item 5.1 através de contratos que prevejam o repasse das variações cambiais, da inflação e da volatilidade das *commodities*. Por força de contrato, os clientes assumem a volatilidade na cotação do alumínio e a variação cambial até o momento do faturamento. Há ainda cláusulas que estipulam repasses de variações dos indicadores de inflação.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia está sujeita a riscos de mercado inerentes principalmente ao caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, a Companhia mantém disponibilidades com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a apenas uma instituição financeira.

A política de vendas adotada pela controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. se subordina às normas de crédito fixadas pela Administração da empresa, que procura minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido por meio da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco).

Para compensar a exposição da margem operacional desta controlada em conjunto ao dólar, grande parcela dos empréstimos e financiamentos estão vinculados ao dólar norte-americano. A controlada em conjunto também apresenta parte de seu endividamento em dólar atrelada a taxas de juros flutuantes (Libor de 6 meses). Nesses casos, a curva futura da Libor é avaliada periodicamente de modo a definir a manutenção das taxas em Libor flutuante ou a fixação da mesma para os períodos vencidos.

Participações Industriais do Nordeste

nciamento de riscos de mercado

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. contrata operações de derivativos de moedas como forma de proteção do seu fluxo de caixa de curto prazo destinado à amortização de obrigações indexadas em dólar.

A controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. tem como diretriz a contratação de empréstimos e financiamentos, preferencialmente, indexados ao dólar norte americano. Operações de derivativos de SWAP de Libor também são contratadas pela Latapack-Ball Embalagens Ltda.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados para gerenciamentos desses riscos é a determinação de limite de posições de acordo com a liquidez dos recursos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A política da Companhia não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos, bem como não possui operações com derivativos exóticos.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera adequada a estrutura. O acompanhamento permanente dos resultados é feito para garantir a eficiência da política adotada.

Participações Industriais do Nordeste

principais riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ao longo do último exercício social.

Participações Industriais do Nordeste

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes (em arquivo):

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	26/10/1976
Forma de Constituição do Emissor	Subscrição particular.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/12/1983

Participações Industriais do Nordeste

6.3 Breve histórico do emissor

A PIN foi constituída em 26.10.1976 sob a denominação social BBI Participações S.A., tendo como fundadores os seguintes acionistas:

- Sylvio de Góes Mascarenhas;
- Clemente Mariani Bittencourt;
- Eduardo Mariani Bittencourt;
- Carlos Mariani Bittencourt;
- Hamilton Prisco Paraíso;
- Carlos Tertuliano de Góes;
- Bahia Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.; e
- Humberto Duder Peixoto.

Em 25.08.1983, a denominação social da Companhia foi alterada para BBM Participações S.A. e, em 30.04.2002, para Participações Industriais do Nordeste S.A.

O registro da PIN perante a CVM foi obtido em 12.12.1983, sendo que em 09.03.2009 tal registro foi alterado, de companhia aberta para negociação em bolsa de valores para companhia aberta para negociação no mercado de balcão não organizado.

Em 28.09.2001, com a cisão parcial da PIN, duas novas companhias foram constituídas, quais sejam: a BBM Empreendimentos S.A. (antiga denominação social da Aleutas S.A.) e BBM Investimentos S.A. (antiga denominação social da BBM Holding S.A.).

Em 01.07.2003, a PIN sofreu nova cisão parcial, e a parcela cindida do seu acervo líquido foi vertida na PIN Petroquímica Participações S.A.

Em 30.07.2004, a PIN incorporou a sua controlada PQ Investimentos e Participações Ltda., sociedade da qual detinha 99,99% das quotas.

Em 23.03.2005, a PIN aprovou um aumento do seu capital mediante a capitalização de parcela da reserva de lucros, com bonificação aos acionistas da Companhia de ações preferenciais classe "A", na proporção de 1 nova ação preferencial classe "A" para cada 4 ações ordinárias.

Em 16.05.2005, foi celebrado o Acordo de Acionistas da PIN, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia e disponível em seu site (www.pin.com.br).

Em 03.09.2008, foi aprovada uma redução do capital social da PIN, tendo os seus acionistas recebido, como forma de restituição do capital investido, (i) parcela do ativo da Companhia representado pelo investimento detido na Zínia Participações S.A., correspondente a 53,3358% do capital social desta última, no valor total de R\$ 16.344.067,05 conforme balancete levantado em 03.11.2008, e (ii) R\$ 1.989,02 em moeda corrente nacional.

Em 12.08.2010, a PIN adquiriu do Grupo Unigel ações ordinárias representativas de 15,8828% do capital social total da Latapack S.A., passando, assim, a deter 75,8975% do capital social total da Latapack S.A.

Em 28.09.2011, a PIN alienou 779.239 quotas representativas de 99,9996% do capital social da PIN Agropecuária Ltda. à PIN Petroquímica Participações S.A., pelo

Participações Industriais do Nordeste

preço de R\$ 7 milhões, corrigido pela variação do CDI, a partir da data da celebração do contrato até o seu efetivo pagamento, que ocorreu no dia 09/01/2012.

s ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Participações Industriais do Nordeste

6.5 Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando

	Alienação de participação do emissor na controlada PIN Agropecuária Ltda.
Evento	Alienação pelo emissor da totalidade de sua participação direta na PIN Agropecuária Ltda. para a PIN Petroquímica Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.566.996/0001-10 (sociedade sob controle comum).
Principais condições do negócio	Em 28.09.2011, o emissor alienou 779.239 quotas de emissão da PIN Agropecuária Ltda. para a PIN Petroquímica Participações S.A., pelo valor de R\$ 7 milhões, acrescido da variação do CDI - taxa de juros correspondente à taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI" (over extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, a partir da data da celebração do contrato até o seu efetivo pagamento, que ocorreu no dia 09/01/2012. Considera-se tal evento relevante pela alienação da participação total do emissor na PIN Agropecuária Ltda.
Sociedades envolvidas	<u>PIN Agropecuária Ltda.</u> , sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.489.312/0001-40; e <u>PIN Petroquímica Participações S.A.</u> , sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.566.996/0001-10.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	O quadro acionário do emissor não sofreu qualquer alteração em função da operação ora referida.
Quadro societário antes e depois da operação	O quadro acionário do emissor não sofreu qualquer alteração em função da operação ora referida.

Participações Industriais do Nordeste

ência fundado em valor relevante ou de recuperação

6.6 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não aplicável, pois nunca houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial para o emissor.

Participações Industriais do Nordeste

»S

6.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

emissor e suas controladas**Participações
Industriais do Nordeste****7.1 Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas*****Emissor:***

Participação no capital de outras sociedades, bem como, mediante a celebração de contratos, a prestação de serviços de contabilidade, auditoria interna, processamento de dados, assessoramento legal e contratual, programação visual e comunicações, administrações de recursos humanos, organização e métodos, serviços gráficos e de reprodução, serviços administrativos em geral, consultoria técnica-econômico-financeira. A empresa tem sede na Cidade de Salvador no Estado da Bahia, e filiais na Cidade e Estado de São Paulo e na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Controladas diretas:**Latapack S.A.**

Participação no capital social da Latapack-Ball Embalagens Ltda. que, por sua vez, tem por finalidade a fabricação, a venda, a distribuição, a importação e a exportação de latas de metal e tampas para latas de metal, diretamente ou através de controladas e/ou coligadas, bem como a participação, sob qualquer modalidade, no capital social de outras sociedades. A empresa tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

MSB Participações S.A.

Participação no capital social de outras empresas como sócia ou acionista. A empresa tem sede na Cidade de Salvador no Estado da Bahia

PQ Seguros S.A.

A empresa tem por objeto a exploração das operações de seguros do ramo vida, mas atua apenas no ramo de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. A empresa tem sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, e filial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Controlada indireta:**Latapack Participações Ltda.**

Participação no capital social de outras empresas como sócia ou acionista. A empresa tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Controlada indireta em conjunto:**Latapack-Ball Embalagens Ltda.**

A empresa tem por objeto: (i) fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal; (ii) compra, venda, distribuição, importação e exportação de bobinas, lingotes e sucata de alumínio e resíduos do processo de fabricação de latas de metal e tampas para latas de metal; (iii) participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista; e (iv) importação de equipamentos para fabricação de latas e/ou tampas, óleo lubrificante acabado e quaisquer outros itens necessários ou incidentais às atividades referidas no item "i" acima. A empresa tem sede na Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia e filiais nas Cidades de São Paulo e Jacareí no Estado de São Paulo, no Município de Três Rios no Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de Alagoinhas no Estado da Bahia.

Atividades operacionais**Participações Industriais do Nordeste**

7.2 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados:

(i) Embalagens.: latas de alumínio, comercializadas para o mercado nacional de bebidas carbonatadas, especialmente cervejas.

(ii) Seguradora.: seguradora, em processo de *run-off* desde dezembro de 1995 (ano em que deixou de emitir apólices de seguros), respondendo atualmente apenas pelos sinistros ocorridos até novembro daquele ano. Atualmente, a PQ Seguros integra apenas o Convênio DPVAT, não atuando em nenhum outro ramo de seguro.

(iii) Holding.: holding Controladora.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor *:

Receita por segmento	2013	2012 reapresentado	2011 reapresentado
Embalagens ¹	71.906.726,21	55.415.271,74	31.061.757,92
Seguradora ¹	33.157.071,91	28.498.023,82	28.444.999,89
Holding ¹	459.953,55	322.555,04	394.632,92
Total	105.523.751,67	84.235.850,60	59.901.390,73

¹ Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as receitas destes segmentos não estão alocadas na Receita Líquida, mas em contas específicas da Demonstração do Resultado.

% Receita por segmento	2013	2012	2011
Embalagens ¹	68,14%	65,79%	51,85%
Seguradora ¹	31,42%	33,83%	47,49%
Holding ¹	0,44%	0,38%	0,66%
Total	100%	100%	100%

¹ Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as receitas destes segmentos não estão alocadas na Receita Líquida, mas em contas específicas da Demonstração do Resultado.

Atividades operacionais**Participações
Industriais do Nordeste*****c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor *:***

	2013	2012	2011
Lucro (prejuízo) por segmento		reapresentado	reapresentado
Embalagens	71.803.069,77	55.213.106,22	23.161.282,76
Seguradora	1.913.886,22	1.122.106,70	688.215,87
Holding	(26.086.436,20)	(23.160.681,65)	(4.486.228,61)
Total	47.630.519,79	33.174.531,27	19.363.270,02

% Lucro por segmento	2013	2012	2011
Embalagens	151%	166%	111%
Seguradora	4%	3%	3%
Venda de terrenos	-	-	8%
Holding	-55%	-70%	-21%
Total	100%	100%	100%

* Excepcionalmente no Formulário de Referência 2011, não foi apresentado a Receita e o Resultado por segmento referente ao exercício de 2008, pois a Companhia estava adotando pela primeira vez as normas internacionais de contabilidade, evitando assim, a comparação de dados de demonstrações financeiras elaboradas com base em padrões contábeis diversos.

Participações Industriais do Nordeste

e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: o processo de produção da lata de alumínio consiste basicamente de (i) compra do alumínio; (ii) transformação do alumínio nas 2 (duas) partes que compõem a lata de alumínio, quais sejam tampa e corpo da lata; e (iii) venda aos clientes.

PQ Seguros S.A.: a companhia não mantém operações industriais.

b. características do processo de distribuição

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: as latas e tampas saem de suas respectivas unidades produtivas e são distribuídas diretamente para as fábricas dos clientes, unicamente por frete rodoviário.

PQ Seguros S.A.: a companhia não mantém operações industriais.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

I. participação em cada um dos mercados

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: segundo a Abralatas, a participação média da Latapack-Ball Embalagens Ltda. no mercado de latas foi de 18,1% em 2011.

PQ Seguros S.A.: a companhia está em processo de run-off de 1995 e integra apenas o Convênio DPVAT (participação de 0,76% em dezembro de 2011), não atuando em nenhum outro ramo de seguro.

II. condições de competição nos mercados

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: a competição no mercado de latas é de livre concorrência. Atualmente, há quatro competidores neste mercado (sendo três produtores de latas de alumínio e um produtor de latas de aço).

d. eventual sazonalidade

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: as vendas de latas de alumínio sofrem forte influência do clima, temperatura do ambiente, feriados e festividades. Desta forma,

Participações Industriais do Nordeste

e serviços relativos aos segmentos operacionais

as vendas sofrem impacto negativo ao longo do segundo trimestre do ano (período de formação de estoque) e impacto positivo de novembro a fevereiro (período de redução de estoque).

PQ Seguros S.A.: o ramo de seguros DPVAT possui correlação direta com a frota de veículos do país, em especial das categorias cobertas pelo Seguro DPVAT, como carros, ônibus e caminhões. Em razão da previsão legal do vencimento do prêmio do Seguro DPVAT coincidente com o pagamento do IPVA, verifica-se uma sazonalidade na arrecadação dos prêmios em função da diversidade dos calendários anuais de cada Estado, com forte concentração no primeiro semestre de cada ano.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

I. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: a empresa compra seus insumos básicos da Novelis (fornecedor de alumínio), Cromos e General Products (fornecedor de tintas) e Akzo e Valspar (fornecedor de verniz) desde a inauguração de sua fábrica, em 1997. Os contratos em vigência são de médio prazo e não há controle ou regulamentação governamental no setor.

II. eventual dependência de poucos fornecedores

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: a empresa sofre forte dependência da Novelis, única fornecedora de folhas de alumínio. Adicionalmente, os outros insumos fundamentais no processo de produção como tinta e verniz possuem apenas dois fornecedores, a saber: Cromos e General Products e Akzo e Valspar, respectivamente.

III. eventual volatilidade em seus preços

Latapack-Ball Embalagens Ltda.: os preços dos insumos alumínio e tinta/verniz sofrem forte influência das cotações do minério alumínio e do barril do petróleo no mercado internacional, respectivamente.

Participações Industriais do Nordeste

ais de 10% da receita líquida total

7.4 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor informando:

Não há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

Regulação estatal nas atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não aplicável, pois o emissor não necessita de autorização governamental para o exercício de suas atividades.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Não aplicável, pois o emissor não possui política ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não aplicável, pois não há dependência de tais institutos para o desenvolvimento das atividades do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

ntes do exterior

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:

A receita proveniente do país de origem do emissor é de R\$ 105.523.751,67, que representa 100% da receita líquida total.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:

No exercício encerrado em 2013 não houve receita proveniente de cliente em país estrangeiro.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor:

Não houve receita proveniente de cliente em país estrangeiro no exercício encerrado em 2013.

Participações Industriais do Nordeste

eira nas atividades

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor:

O emissor não obteve receitas de clientes em países estrangeiros, sendo assim não está sujeito à regulação de outros países.

vantes

Participações Industriais do Nordeste

7.8 Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Não aplicável, pois não há relações de longo prazo relevantes que não figurem em outra parte deste formulário.

Participações Industriais do Nordeste

»S

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

ico

Participações Industriais do Nordeste

8.1 Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

Todas as participações acionárias informadas neste item estão com data base de 27/05/2014.

a. Controladores diretos e indiretos

Controladores diretos	Participação acionária (%)
Auriga Participações S.A.	6,4789
Bela Vista Participações S.A.	6,9027
EM Participações S.A.	9,6113
Figusbel Participações S.A.	2,4443
LM Participações S.A.	6,4789
Mabe Participações S.A.	6,7616
Monembasia Participações S.A.	5,6199
Total	44,2976

Controladores indiretos	Participação acionária (%)		
	Direta	Indireta	Total
Angela Mariani Bittencourt	1,5478	6,2133	7,7611
Carlos Mariani Bittencourt	1,2714	5,1462	6,4176
Eduardo Mariani Bittencourt	2,2607	9,0597	11,3204
Filipe Eduardo Moreau	0,5420	2,1842	2,7262
Glória Maria Mariani Bittencourt	1,5484	6,2038	7,7522
Luiz Clemente Mariani Bittencourt	1,5478	6,2038	7,7516
Pedro Henrique Mariani Bittencourt	1,0484	4,2053	5,2537
Total	9,7665	39,2163	48,9828

¹ Conforme participação acionária informada no item 15.1/2 deste formulário

ico

Participações Industriais do Nordeste

b. Controladas e coligadas

Empresa	Classificação com relação ao emissor	Participação acionária do emissor (%)
PQ Seguros S.A.	Controlada direta	92,4812
Latapack S.A.	Controlada direta	76,2975
MSB Participações S.A.	Coligada	16,6667
Latapack Participações Ltda.	Controlada indireta	O emissor detém indiretamente 76,2973% ²
Latapack-Ball Embalagens Ltda.	Controlada indireta em conjunto	O emissor detém indiretamente 38,1488% ³

² Este percentual decorre da participação do emissor de 76,2975% no capital da Latapack S.A, que, por sua vez, detém 99,9999% das quotas da Latapack Participações Ltda.

³ Este percentual decorre da participação do emissor de 76,2975% no capital da Latapack S.A, que, por sua vez, detém 50,0000% das quotas da Latapack-Ball Embalagens Ltda.

c. Participações do emissor em sociedades do grupo

O emissor não participa de outras sociedades, salvo as citadas no item b acima.

d. Participações de sociedades do grupo no emissor

Não existem outras empresas do grupo que detenham participação no emissor, salvo as citadas no item a acima.

e. Sociedades sob controle comum

A PIN Petroquímica Participações S.A. e a Aleutas S.A. possuem os mesmos controladores que o emissor, conforme tabelas de participação acionária descritas abaixo:

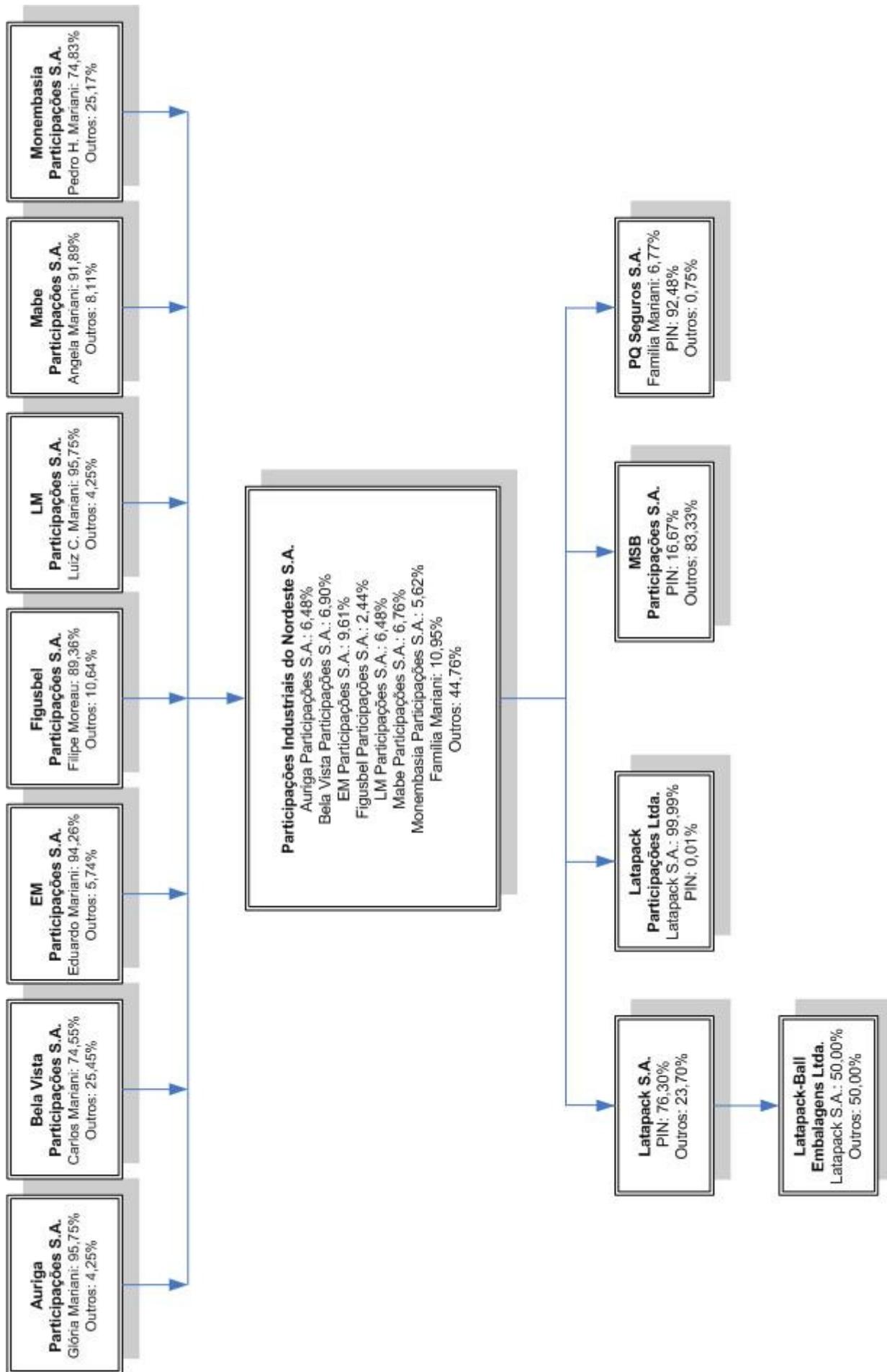
PIN Petroquímica Participações S.A.	
Controladores	Participação acionária (%)
Auriga Participações S.A.	6,4850
Bela Vista Participações S.A.	6,9077
EM Participações S.A.	9,6176
Figusbel Participações S.A.	2,4498
LM Participações S.A.	6,4850
Mabe Participações S.A.	6,7664
Monembasia Participações S.A.	6,9434
Total	45,6549

ico

**Participações
Industriais do Nordeste**

Aleutas S.A.	
Controladores	Participação acionária (%)
Auriga Participações S.A.	9,2556
Bela Vista Participações S.A.	9,7841
EM Participações S.A.	13,1683
Figusbel Participações S.A.	4,2127
LM Participações S.A.	9,2540
Mabe Participações S.A.	9,6079
Monembasia Participações S.A.	8,1810
Total	63,4636

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



27/05/2014

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	29/09/2011
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	O emissor alienou 779.239 quotas da PIN Agropecuária Ltda. pelo valor de R\$ 7.000.000,00 à PIN Petroquímica Participações S.A. (sociedade sob controle comum). (ver item 6.5)

Participações Industriais do Nordeste

»S

8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

relevantes - outros

Participações Industriais do Nordeste

9.1 Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor:

Todos os bens do ativo-circulante, relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia serão descritos nos itens (a) e (b).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista - "Banco BBM" nº 820366994 - classe 36.30	Brasil	10 anos	Ressalvado o que dispõe o artigo 142 da lei 9279/96, desconhecemos quaisquer eventos que poderiam causar a perda dos direitos relativos às marcas do emissor.	Não há consequências relevantes para o emissor decorrentes da perda dos direitos sobre essa marca.
Marcas	Marca Mista "Banco BBM" nº 820367001 - classe 36.30	Brasil	10 anos	Ressalvado o que dispõe o artigo 142 da lei 9279/96, desconhecemos quaisquer eventos que poderiam causar a perda dos direitos relativos às marcas do emissor.	Não há consequências relevantes para o emissor decorrentes da perda dos direitos sobre essa marca.
Marcas	Marca Nominativa "PIN" - nº 825346282 - classe 36	Brasil	10 anos	Ressalvado o que dispõe o artigo 142 da lei 9279/96, desconhecemos quaisquer eventos que poderiam causar a perda dos direitos relativos às marcas do emissor.	Não há consequências relevantes para o emissor decorrentes da perda dos direitos sobre essa marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Latapack S.A.	00.742.204/0001-06	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participação no capital social da Latapack-Ball Embalagens Ltda., diretamente ou através de controladas e/ou coligadas, bem como a participação, sob qualquer modalidade, no capital social de outras sociedades.	76,300000
				Valor mercado				
31/12/2013	18,365738	0,000000	25.817.390,63	Valor contábil	31/12/2013	189.285.027,47		
31/12/2012	21,317771	0,000000	13.901.671,88					
31/12/2011	6,836947	0,000000	15.429.328,13					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O emissor, em razão de ser uma holding, mantém a participação nesta sociedade, com constante análise dos riscos aos quais está exposto e que possam afetar sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.								
MSB Participações S.A.	01.698.657/0001-37	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Participação no capital social de outras empresas como sócia ou acionista.	16,660000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,228130	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	150.005,68		
31/12/2012	21,483700	0,000000	0,00					
31/12/2011	164,282041	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O emissor, em razão de ser uma holding, mantém a participação nesta sociedade, com constante análise dos riscos aos quais está exposto e que possam afetar sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.								
PQ Seguros S.A.	15.104.490/0001-43	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Atualmente a PQ Seguros S.A está em processo de run-off, não emitindo apólices e participando apenas do Consórcio do Seguros DPVAT. O resultado operacional da empresa advém basicamente do recebimento do Seguro DPVAT e de aluguéis.	91,670000
				Valor mercado				
31/12/2013	7,486348	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	20.726.390,48		
31/12/2012	5,415504	0,000000	0,00					
31/12/2011	14,477307	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O emissor, em razão de ser uma holding, mantém a participação nesta sociedade, com constante análise dos riscos aos quais está exposto e que possam afetar sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.								

Participações Industriais do Nordeste

»S

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste

Patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Participações Industriais do Nordeste S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma *holding* com participação no capital de outras sociedades, sendo controladora das sociedades PQ Seguros S.A. e Latapack S.A., coligada da sociedade MSB Participações S.A., além de ser controladora indireta da Latapack Participações Ltda., e, por fim, controladora indireta em conjunto da Latapack-Ball Embalagens Ltda.

Desta forma, as informações financeiras apresentadas no item 10 sempre farão referência às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A fonte de receita advém de equivalência patrimonial nas sociedades previamente listadas, através da comercialização de embalagens de alumínio destinadas ao mercado de bebidas, do seguro DPVAT e de receitas de aluguel.

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo corrente totalizava R\$ 22.370 mil, sendo R\$ 18.696 mil em caixa e equivalentes à caixa. E, o passivo corrente totalizava R\$ 24.550 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes à caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 0,9 vezes.

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo corrente totalizava R\$ 48.013 mil, sendo R\$ 43.595 mil em caixa e equivalentes à caixa. E, o passivo corrente totalizava R\$ 31.860 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes à caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,5 vezes.

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo corrente totalizava R\$ 73.353 mil, sendo R\$ 69.446 mil em caixa e equivalentes à caixa. E, o passivo corrente totalizava R\$ 56.841 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes à caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,3 vezes.

Com relação às demonstrações financeiras da Controladora, observa-se endividamento total de R\$ 54.821 mil, sendo R\$ 24.221 mil com vencimento em 2014, e disponibilidades de R\$ 21.161 mil.

Em razão desse cenário, tendo em vista os compromissos assumidos, o nível de endividamento, a estratégia de gestão dos passivos financeiros e o plano de negócios da Companhia, a administração da Companhia, adotando uma postura conservadora e de modo a evitar a obtenção de novos financiamentos, destinou o montante correspondente ao dividendo obrigatório à reserva especial. Tal destinação decorre da necessidade de retenção de caixa para pagamento das obrigações financeiras assumidas em 2010 para aumentar a participação da Controladora no capital da Latapack S.A.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Participações Industriais do Nordeste

Finanças Gerais

I. hipóteses de resgate

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a estrutura de capital apresentou as seguintes composições:

Data-base	Patrimônio Líquido (em milhares de reais)	Capital próprio	Capital de terceiros
31/12/2013	R\$ 248.816	73%	27%
31/12/2012	R\$ 193.834	70%	30%
31/12/2011	R\$ 111.752	59%	41%

O capital social da Controladora encontra-se dividido em 126.000 ações ordinárias e em 31.388 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas fazem jus à (i) prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio, (ii) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item (ii) acima.

O Estatuto Social prevê que a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B e classe C, sendo certo que (i) cada uma dessas ações, quando emitidas, dará direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, e (ii) cada acionista titular de ações preferenciais B ou C terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais B ou C que detiver limitado, em qualquer dos casos, ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente da quantidade de ações preferenciais B ou C que possuir, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.

Não há disposição estatutária na Companhia que preveja o resgate de ações, aplicando-se, portanto, o disposto na lei societária a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme as demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2013 o ativo circulante totalizava R\$ 73.353 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 56.841 mil).

O endividamento bancário consolidado ao término de 2013 totalizava R\$ 54.821 mil, sendo R\$ 24.221 mil com vencimento em curto prazo e R\$ 30.600 com vencimento em médio e longo prazo, contemplando déficit de caixa e aplicações financeiras de R\$ 15.587 mil em relação ao total de empréstimos e financiamentos.

Patrimoniais gerais**Participações
Industriais do Nordeste**

Com relação às demonstrações financeiras da Controladora, observa-se que esta possui endividamento bancário de R\$ 54.821 mil e caixa e equivalentes de caixa de R\$ 21.161 mil, contemplando déficit de caixa e aplicações financeiras de R\$ 33.660 mil em relação ao total de empréstimos e financiamentos.

Em razão deste cenário, tendo em vista os compromissos assumidos, o nível de endividamento, a estratégia de gestão dos passivos financeiros e o plano de negócios da Companhia, a administração da Companhia, adotando uma postura conservadora e de modo a evitar a obtenção de novos financiamentos, destinará o montante correspondente ao dividendo obrigatório à reserva especial. Tal destinação decorre da necessidade de retenção de caixa para pagamento das obrigações financeiras assumidas em 2010 para aumentar a participação da Controladora no capital da Latapack S.A.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Como fonte de financiamento para capital de giro, procura-se manter a disponibilidade de caixa em nível adequado para o apropriado desempenho das atividades operacionais.

Como principal fonte de financiamento para investimentos em ativos não circulantes, há dívida decorrente de contrato de financiamento de longo prazo celebrado com instituição financeira. Em 2010, a Controladora se financiou com o Banco Bradesco S.A. para expandir seus investimentos patrimoniais na controlada Latapack S.A.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem como praxe reter uma parcela do montante dos dividendos que venham a ser distribuídos pelas suas controladas, como fonte de financiamento de capital de giro.

Novos investimentos tendem a ser financiados através da retenção de parcelas dos dividendos que venham a ser distribuídos pelas suas controladas e da captação de recursos por linhas que ofereçam taxas de juros mais baixas que a média do mercado privado, além de prazos de financiamento e carência compatíveis com o prazo de maturação dos investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:***I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes***

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, o total em dívidas com instituições financeiras, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 45.190 mil, sendo R\$ 24.221 mil em dívidas com vencimento ao longo do ano de 2014.

rimoniais gerais

Participações Industriais do Nordeste

Seguem abaixo os saldos relativos aos contratos de empréstimo e de financiamento relevantes em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013:

Descrição / Taxa média de juros e comissões	2013	2012	2011
Moeda estrangeira			
Dólares americanos: 5,695294% a.a	44.040	38.437	70.898
Juros sobre financiamentos	1.150	115	5.345
Total	45.190	38.552	76.243
Passivo circulante	24.221	0	23.345
Passivo não circulante	20.969	38.552	52.898

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a tabela a seguir resume o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013:

	Vencimentos		
	2013	2012	2011
2012	0	0	23.345
2013	0	0	17.633
2014	23.170	19.343	17.633
2015	22.020	19.209	17.632
Total	45.190	38.552	76.243

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas citadas no item 10.1.f.I.

III. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014, a Companhia informa que no caso de eventual concurso universal de credores, a ordem de precedência das obrigações registradas no seu passivo exigível do balanço patrimonial seria de:

- a. créditos trabalhistas *de natureza estritamente salarial* vencidos nos 3 meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador;
- b. créditos (i) *derivados da legislação* do trabalho (incluindo, portanto, os encargos sociais), limitados a 150 salários mínimos por credor, e (ii) decorrentes de acidentes de trabalho;

Patrimoniais gerais

Participações Industriais do Nordeste

- c. tributos vencidos, independente da sua natureza e tempo da constituição, descontadas as multas tributárias;
- d. os créditos quirografários, ou seja, todos os créditos não previstos na ordem legal de preferência, tais como empréstimos bancários, partes relacionadas, pagamento a fornecedores e as multas tributárias; e
- e. dívidas com sócios e administradores.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em razão das obrigações financeiras assumidas em 2010 pela Controladora para aumentar a participação no capital da Latapack S.A. perante o Banco Bradesco S.A., a Companhia deu em garantia 33,33% da sua participação na controlada Latapack S.A.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía saldos a realizar de financiamentos já contratados. Os contratos firmados até então já haviam sido integralmente desembolsados, com os respectivos valores devidamente registrados nas contas do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais consolidados (em milhares de reais)								
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		Variação entre 2012 e 2013		31 de dezembro de 2011	Variação entre 2011 e 2012
		AV%		AV%		AV%		
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	69.446	25%	43.595	16%	59%	21%	55.865	-22%
Aplicações financeiras	1.737	1%	2.432	1%	-29%	1%	2.432	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	-	0%	-	1%	2.408	100%
Contas a receber de clientes	375	0%	273	0%	37%	0%	200	37%
Dividendos a receber	-	0%	-	0%	-	0%	734	100%
Impostos a recuperar	1.198	0%	1.161	0%	3%	1%	1.948	-40%
Despesas do exercício seguinte	4	0%	-	0%	100%	0%	2	100%
Outras contas a receber	593	0%	552	0%	7%	0%	554	-
	73.353		48.013	17%	53%	24%	64.143	-25%

Participações Industriais do Nordeste

Patrimônios gerais

Não circulante

Realizável a longo prazo

Partes relacionadas	-	0%	-	0%	-	7.190	3%	-100%
Impostos a recuperar	9.767	4%	9.596	3%	2%	9.995	4%	-4%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0%	-	0%	-	-	0%	-
Outras contas a receber	<u>301</u>	0%	<u>1.299</u>	0%	-77%	<u>404</u>	0%	222%
							0%	
	<u>10.068</u>	4%	<u>10.895</u>	4%	-8%	<u>17.589</u>	7%	-38%

Investimento

Participações societárias	247.586	90%	209.356	76%	18%	172.688	66%	21%
Propriedades para investimento	6.218	2%	6.569	2%	-5%	6.951	3%	-5%
Outras participações societárias	457	0%	332	0%	38%	332	0%	-
Outros investimentos	106	0%	106	0%	-	106	0%	-
Imobilizado	443	0%	471	0%	-6%	293	0%	61%
Intangível	<u>520</u>	0%	<u>547</u>	0%	-5%	<u>591</u>	0%	-7%
							0%	
	<u>255.330</u>	92%	<u>217.381</u>	79%	17%	<u>180.961</u>	69%	20%
							0%	
	<u>265.398</u>	96%	<u>228.276</u>	83%	16%	<u>198.550</u>	76%	15%
							0%	
Total do ativo	<u>338.751</u>	123%	<u>276.289</u>	100%	23%	<u>262.693</u>	100%	5%

Participações Industriais do Nordeste

Demonst. Financeiras em milhões de reais

	<u>31 de dezem- bro de 2013</u>	AV%	<u>31 de dezem- bro de 2012</u>	AV%	<u>Varia- ção entre 2012 e 2013</u>	<u>31 de dezem- bro de 2011</u>	AV%	<u>Varia- ção entre 2011 e 2012</u>
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores	11	0%	79	0%	-86%	160	0%	-51%
Empréstimos e financiamentos	24.221	9%	-	0%	100%	23.345	9%	-100%
Partes relacionadas	638	0%	-	0%	100%	-	0%	-
Salários e encargos sociais	66	0%	75	0%	-12%	75	0%	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	0%	-	0%	-	1.057	0%	-100%
Tributos a pagar	175	0%	192	0%	-9%	74	0%	159%
Parcelamento de tributos	69	0%	71	0%	-3%	70	0%	2%
Dividendos a pagar	1.133	0%	3.207	1%	-65%	-	0%	100%
Provisões técnicas	30.212	11%	27.845	10%	9%	26.410	10%	5%
Outras contas a pagar	316	0%	391	0%	-19%	437	0%	-11%
	56.841	21%	31.860	12%	78%	51.628	20%	-38%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0%	278	0%	-100%	278	0%	-
Provisão para contingências	1.715	1%	2.341	1%	-27%	1.166	0%	101%
Empréstimos e financiamentos	20.969	8%	38.552	14%	-46%	52.898	20%	-27%
Partes relacionadas	9.631	3%	8.642	3%	11%	-	0%	100%
Instrumentos financeiros derivativos	20	0%	-	0%	100%	-	0%	0%
Parcelamento de tributos	759	0%	782	0%	-3%	794	0%	-2%
	33.094	12%	50.595	18%	-35%	55.136	21%	-8%
Patrimônio líquido - capital e reservas								
Capital social	79.191	29%	69.748	25%	14%	69.748	27%	-
Reserva de capital	71	0%	71	0%	-	71	0%	-
Reservas de lucros	151.128	55%	114.073	41%	32%	84.105	32%	36%
Ajuste de avaliação patrimonial	(36)	0%	(71)	0%	-49%	53	0%	-234%
Ágio em transações de capital	(42.225)	-15%	(42.225)	-15%	-	(42.225)	-16%	-
Participação dos não controladores	60.687	22%	52.238	19%	16%	44.177	17%	18%
	248.816	90%	193.834	70%	28%	155.929	59%	24%
Total do passivo	338.751	123%	276.289	100%	23%	262.693	100%	5%

Participações Industriais do Nordeste

Patrimoniais gerais

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (em milhares de reais).

Ativo

O total do Ativo aumentou 23% de 2012 para 2013, principalmente em função do aumento no caixa e equivalentes de caixa em 2013.

Entre os anos de 2011 e 2012, a variação do saldo final do total do Ativo não se mostrou relevante, crescendo apenas 5%, passando de R\$ 262.693 em 2011 para R\$ 276.289 em 2012.

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de Caixa e equivalente de caixa em 2013 era de R\$ 69.446 apresentando um aumento de 8% em relação ao saldo de 2012, no valor de R\$ 43.595, devido substancialmente ao aumento na aplicação em certificados de depósitos bancários (CDB) feita pela controladora.

Em 2012 o saldo final de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 43.595, representando uma diminuição de 22% em relação ao ano de 2011, que foi de R\$ 55.865, refletindo a diminuição da aplicação em títulos de renda fixa na Controladora.

Aplicações financeiras

A variação na rubrica Aplicações financeiras ocorrida entre 2012 e 2013, de R\$ 2.432 em 2012 para R\$1.737 em 2013, deve-se à reversão do ajuste a valor de mercado das ações da Pronor Petroquímica S.A detidas pela controlada PQ Seguros S.A.

Não houve variação nesta rubrica de 2011 para 2012.

Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

Em 2012, a Participações Industriais do Nordeste S.A., reconheceu os ganhos e perdas incorridos no vencimento da NDF que havia contratado em 2010 para cobertura do pagamento da primeira parcela do empréstimo em dólar tomado junto ao Banco Bradesco com a finalidade de aumento da participação acionária na controlada Latapack S.A.

No ano de 2013, a Controladora contratou nova NDF para cobertura do pagamento da parcela do empréstimo que irá vencer em 2014. Passando o saldo de instrumentos financeiros derivativos no passivo de R\$ 0, em 2012 para R\$ 20 em 2013.

Contas a receber de clientes

Em 2013 o saldo de Contas a receber apresentou um aumento de 37%, passando de R\$ 273 em 2012 para R\$ 375 em 2013, reflexo do aumento na receita de aluguel da controlada PQ Seguros S.A..

rimoniais gerais**Participações
Industriais do Nordeste**

O mesmo ocorreu entre 2012 e 2011, quando o saldo de Contas a receber passou de R\$ 200 em 2011 para R\$ 273 em 2012, um aumento de 37%.

Dividendos a receber

A variação na rubrica Dividendos a receber no balanço consolidado decorre do recebimento de tais valores deliberados pela Pronor Petroquímica S.A. em 2011 e recebidos em 2012.

Partes relacionadas (ativo não circulante)

A variação de Partes relacionadas ocorrida entre 2011 e 2012 refere-se ao recebimento pela venda da controlada PIN Agropecuária Ltda. A venda em questão ocorreu em 29 de setembro de 2011 e seu recebimento em 09 de janeiro de 2012.

Impostos a recuperar (curto e longo prazo)

Em 2013 os saldos de Impostos a recuperar no curto prazo e no longo prazo apresentaram um aumento de 3% e 2%, respectivamente em comparação a 2012, passando de R\$ 1.161 para R\$ 1.198 no curto e de R\$ 9.596 para R\$ 9.767 no longo. Isto é reflexo do valor de IRPJ e CSLL estimado, recolhido a maior pela Controladora.

A variação ocorrida entre 2011 e 2012, reflete a utilização dos créditos para compensação de impostos.

Investimentos

O aumento sucessivo no saldo da rubrica Investimentos em participações societárias nos últimos três exercícios reflete o resultado positivo de equivalência patrimonial na controlada em conjunto Latapack Ball Embalagens Ltda., na qual a PIN possui participação indireta através da sua controlada Latapack S.A..

Entre 2013 e 2012, a conta de outras participações societárias sofreu variação de 38%, passando de R\$ 332 para R\$ 457, devido ao aumento de participação da controlada PQ Seguros S.A. no capital do IRB Brasil Resseguros S.A.

Imobilizado

O aumento na conta de Imobilizado entre os anos de 2012 e 2011 ocorreu devido à aquisição de mobiliário feita pela controlada PQ Seguros S.A. para equipar suas salas comerciais destinadas a renda.

A variação ocorrida entre os anos de 2013 e 2012 refere-se a apenas a depreciação.

Fornecedores

As variações observadas entre os exercícios dizem respeito principalmente aos pagamentos feitos a fornecedores no processo de modernização dos elevadores e estrutural de um dos imóveis destinados a renda da controlada PQ Seguros S.A..

rimoniais gerais

Participações Industriais do Nordeste

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo da rubrica Empréstimos e financiamentos refere-se ao empréstimo tomado pela Controladora junto ao Banco Bradesco S.A. em 2010, com a finalidade da compra de ações da controlada Latapack S.A.. Em 2012, a PIN efetuou o pagamento da primeira parcela do empréstimo e o adiantamento da segunda, com isso houve a diminuição do saldo desta rubrica de R\$ 76.243 em 2011 para R\$ 38.552 em 2012.

No exercício de 2013, foi efetuado o pagamento da parcela de juros remanescente da 2ª amortização, ocasionando a diminuição do saldo desta rubrica.

Partes relacionadas (passivo)

No passivo circulante a variação observada em 2013, é reflexo da parcela a pagar aos acionistas da controlada PQ Seguros S.A. originada no grupamento de suas ações ocorrido neste exercício.

Em 2012, a PIN contraiu um mútuo com a Pronor Petroquímica S.A., ocasionando a variação nesta rubrica no passivo não circulante entre os exercícios de 2011 e 2012. Em 2013, esta variação decorre da atualização dos juros sobre o mútuo.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O decréscimo no saldo de Imposto de renda e contribuição social a pagar, de R\$ R\$ 1.057 para R\$ 0, observado entre 2011 e 2012, é reflexo da Controladora ter apurado prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 2012.

Tributos a pagar

A variação observada entre os exercícios de 2011 e 2012 refere-se substancialmente ao imposto de renda sobre JCP deliberado pela controlada PQ Seguros S.A., deliberado no final do exercício de 2012.

Ao mesmo fato se deve a variação entre os exercícios de 2012 e 2013.

Parcelamento de tributos (circulante e não circulante)

Na rubrica Parcelamento de tributos, estão consolidados os saldos de tributos a pagar através do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, da Participações Industriais do Nordeste S.A. e sua controlada PQ Seguros S.A., homologados em 2010 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

As variações apresentadas nesta rubrica nos três exercícios: R\$ R\$ 864 em 2011 para R\$ 853 em 2012 e R\$ 828 em 2013, ocorreram devido aos pagamentos das parcelas e à atualização mensal pela taxa Selic.

Dividendos a pagar

O saldo de Dividendos a pagar de R\$ 1.133 e R\$ 3.207, em 2013 e 2012 respectivamente, representa a parcela de dividendos a serem pagos aos acionistas da Participações Industriais do Nordeste S.A. detentores de ações preferenciais.

Participações Industriais do Nordeste

rimoniais gerais

Provisões técnicas

A rubrica Provisões técnicas é reflexa da consolidação da controlada PQ Seguros S.A., e sua variação decorre da atualização das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados, que a controlada em questão contabiliza de acordo com as projeções dos seus consultores jurídicos e proporcional à sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT, de acordo com a sua participação.

Entre 2012 e 2013, a variação foi de 9%, passando de R\$ 27.845 para R\$ 30.212, devido principalmente ao aumento da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Entre 2011 e 2012, o aumento de 5%, de R\$ 26.410 para R\$ 27.845, também é devido à variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A variação observada entre os exercícios de 2013 e 2012 é reflexo da reversão dos impostos diferidos sobre o ajuste de valor a mercado das ações da Pronor Petroquímica S.A. detidas pela controlada PQ Seguros S.A.

Participações Industriais do Nordeste

Patrimônios gerais

Comparação das principais contas de resultado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (em milhares de reais).

Demonstrações dos resultados dos exercícios consolidadas (em milhares de reais)								
	31 de dezem- bro de 2013	AV%	31 de dezem- bro de 2012	AV%	Varia- ção entre 2012 e 2013	31 de dezem- bro de 2011	AV%	Variação entre 2011 e 2012
Receita líquida de produtos e serviços	3.776	100%	3.388	100%	11%	1.933	100%	75%
Lucro bruto	3.776	100%	3.388	100%	11%	1.933	100%	75%
Receitas (despesas) operacionais								
Receitas com seguros	29.841	790%	27.300	806%	9%	26.878	1390%	2%
Despesas com operações de seguros	(27.785)	-736%	(22.974)	-678%	21%	(23.469)	-1214%	-2%
Despesas gerais e administrativas Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	(7.209)	-191%	(10.089)	-298%	-29%	(10.266)	-531%	-2%
	71.907	1904%	55.405	1635%	30%	32.657	1689%	70%
Outras, líquidas	912	24%	1.117	33%	-18%	2.548	132%	-56%
Lucro operacional	71.442	1892%	54.147	1598%	32%	30.281	1567%	79%
Receitas financeiras								
Receitas financeiras	5.107	135%	7.220	213%	-29%	8.338	431%	-13%
Despesas financeiras								
Despesas financeiras	(4.994)	-132%	(6.403)	-189%	-22%	(3.852)	-199%	66%
Variação monetárias e cambiais								
Variação monetárias e cambiais	(6.216)	-165%	(7.985)	-236%	-22%	(4.711)	-244%	69%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(6.103)	-162%	(7.168)	-212%	-15%	(225)	-12%	3086%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.339	1730%	46.979	1387%	39%	30.056	1555%	56%
Imposto de renda e contribuição social								
Do exercício	(497)	-13%	(586)	-17%	-15%	(1.428)	-74%	-59%
Lucro líquido do exercício	64.842	1717%	46.393	1369%	40%	28.628	1481%	62%

Receita de vendas e lucro Bruto

Em 2012, houve um crescimento de 75% na receita líquida e no lucro bruto, em relação ao exercício de 2011. Este crescimento também é observado na comparação entre 2013 e 2012, porém em menor proporção, 11%, e deve-se substancialmente ao aumento na receita de imóveis destinados a renda na controlada PQ Seguros S.A.

Participações Industriais do Nordeste

rimoniais gerais

Receita com seguros

As variações observadas entre os exercícios são provenientes da receita de seguros decorrentes da participação da controlada PQ Seguros S.A. no Consórcio do Seguro DPVAT.

Despesas com operações de seguros

As variações observadas entre os exercícios referem-se às despesas com operações de seguros decorrentes da participação da controlada PQ Seguros S.A no Consórcio do Seguro DPVAT.

Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas

O aumento observado nos últimos três exercícios na rubrica Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas, deve-se ao resultado positivo na controlada em conjunto Latapack Ball Embalagens Ltda..

Outras, líquidas

A variação de 2012 para 2013 deve-se substancialmente a despesa com constituições de provisões no exercício de 2013.

O decréscimo observado na rubrica Outras, líquidas entre 2011 e 2012, passando de R\$ 2.548 para R\$ 1.117, é decorrente da contabilização em 2011 da despesa com redução ao valor recuperável de ativos.

Receitas financeiras

As variações observadas entre os exercícios referem-se principalmente a remuneração financeira do caixa aplicado.

Despesas financeiras

As variações observadas entre os exercícios decorrem substancialmente do custo financeiro dos financiamentos tomados.

Variações monetárias e cambiais

As variações observadas entre os exercícios derivam das oscilações da taxa de câmbio sobre os empréstimos em moeda estrangeira.

Participações Industriais do Nordeste

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

I. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A fonte de receita do emissor advém de equivalência patrimonial da participação nas controladas Latapack S.A. e PQ Seguros S.A.

Esta receita advém principalmente da comercialização de embalagens de alumínio pela controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. destinadas ao mercado de bebidas, bem como do seguro DPVAT e de receitas de aluguel.

II. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais dos últimos três anos foram afetados principalmente pelo aumento das vendas de embalagens de alumínio pela controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. fruto dos aumentos de capacidade implementados.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Latapack-Ball Embalagens Ltda.:

Como consequência da expansão do mercado de embalagens de alumínio, a receita proveniente de equivalência patrimonial da controlada indireta em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. aumentou 29,7%, ou seja, de R\$ 55.415 mil em 2012 para R\$ 71.907 mil em 2013. A principal razão foi o aumento no volume de vendas, decorrente da maior participação no mercado de embalagens de alumínio, após a construção de duas unidades fabris.

PQ Seguros S.A.:

A receita de prêmio de seguros é calculada com base nos prêmios ganhos pela Seguradora Líder DPVAT e a participação da PQ Seguros S.A. no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora Líder DPVAT. Tal receita subiu 9,3%, ou seja, de R\$ 27.300 mil em 2012 para R\$ 29.841 mil em 2013, como consequência do aumento de 14,2% nos prêmios ganhos pela Seguradora Líder DPVAT (de 3,5 bilhões para 4,0 bilhões) de 2012 para 2013. A receita de imóveis de renda aumentou 14,1% passando de R\$ 2.906 mil em 2012 para R\$ 3.316 mil em 2013.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Participações Industriais do Nordeste

anceiro

Não se observou nenhum impacto relevante no resultado operacional e financeiro do emissor, decorrente de inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e/ou taxa de juros.

Participações Industriais do Nordeste

ites, ocorridos e esperados, nas demonstrações

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiu e não há previsão para eventos ou operações não usuais.

Participações Industriais do Nordeste

ráticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais (da Controladora) e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associada às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e nos pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS foram publicadas no ano de 2010, onde o CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade foi aplicado, sendo assim as mudanças mais significativas foram feitas neste ano.

Nos anos de 2011 e 2012 a PIN, deu continuidade à aplicação dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrendo mudanças significativas nestes dois últimos anos em decorrência desta adoção.

Em 2013, entrou em vigor o CPC 36 (R3) – Demonstrações Financeiras Consolidadas, o qual excluiu a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, em consequência da adoção desta nova prática contábil as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram reapresentadas para fins de comparação.

Os pronunciamentos do IFRS que ainda não estavam em vigor até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não afetarão significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, quando da sua adoção. Segue a relação destes pronunciamentos:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;

Entidades de Investimentos – Revisões dos IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27

IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (Revisão da IAS 32)

IFRIC 21 – Tributos

Participações Industriais do Nordeste

ráticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do

IAS 39 – Renovação de Derivativos e Continuação da Contabilidade de Hedge (Revisão da IAS 39)

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos da transição das práticas contábeis no resultado da Companhia e do consolidado nos 3 últimos exercícios.

c. Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

No parecer do auditor externo apresentou a seguinte ênfase “Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Participações Industriais do Nordeste S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto”

Participações Industriais do Nordeste

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. Estimativas, também foram utilizadas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/2008. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquida dos impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas

Participações Industriais do Nordeste

e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários do não circulante são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou

Participações Industriais do Nordeste

eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método de avaliação do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), deduzindo da provisão para perdas na realização.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

f) Ativos intangíveis

As licenças de uso e software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os software e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de cinco anos.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com aquisição de ativos qualificadores. No Consolidado, terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens do imobilizado, calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Participações Industriais do Nordeste

	Anos
Benfeitorias em terrenos	25-50
Edifícios	20-50
Instalações	10-50
Máquinas e equipamentos	10-25
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Computadores	5
Ferramental	2,5 – 7
Benfeitorias	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Participações Industriais do Nordeste

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e poderão ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável.

l) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Participações Industriais do Nordeste

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

m) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Participações Industriais do Nordeste

elaboração das demonstrações financeiras - Grau de ações presentes no relatório do auditor

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

No relatório emitido pelo auditor independente, foram apontadas as seguintes deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia:

1 - Provisão para contingência

Situação atual

Verificamos que a Companhia está realizando a provisão para contingência de todos os seus litígios independente se o risco de perda é remota, possível ou provável. De acordo com o (CPC 25 Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes), somente deverá ser reconhecida a provisão quando é provável o risco de perda.

Sugestão de melhoria

Recomendamos que a Companhia passe a realizar a provisão das contingências somente dos processos onde o risco de perda é provável, conforme orientação técnicas emitida pelo CPC 25.

Comentários da Administração:

Por conservadorismo a Companhia realiza a provisão das contingências dos litígios classificados como possíveis e prováveis, ponderados pela probabilidade de perdas. O julgamento do risco de perda depende das variáveis utilizadas pelos advogados externos. No nosso entendimento as diferenças de critério não são relevantes.

Participações Industriais do Nordeste

elaboração das demonstrações financeiras - Grau de ções presentes no relatório do auditor

2- Efetuar o teste de recuperabilidade ("impairment")

Situação atual

A Companhia apresenta contabilizado um ágio no montante de R\$ 540.463 referente a aquisição da sua coligada MSB. A Companhia não vem efetuando o teste de recuperabilidade ("impairment"), conforme determina o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36).

Sugestão de melhoria

Recomendamos que seja cumprido o que determina as normas internacionais de contabilidade, visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da Companhia ou em sua eventual venda.

A Companhia deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica considerada relevante. As indicações podem vir de fontes externas ou internas.

No caso do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") de intangíveis com vida útil indefinida e intangível ainda não disponível para uso, o teste de recuperabilidade deverá ser efetuado no mínimo anualmente, independentemente de existir ou não indicação de perda no valor recuperável.

Comentários da Administração:

A Companhia irá executar o teste de recuperabilidade deste ágio conforme orientação.

Participações Industriais do Nordeste

rtas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providencias adotadas para corrigi-las.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

No relatório emitido pelo auditor independente, foram apontadas as seguintes deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia:

1 - Provisão para contingência

Situação atual

Verificamos que a Companhia está realizando a provisão para contingência de todos os seus litígios independente se o risco de perda é remota, possível ou provável. De acordo com o (CPC 25 Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes), somente deverá ser reconhecida a provisão quando é provável o risco de perda.

Sugestão de melhoria

Recomendamos que a Companhia passe a realizar a provisão das contingências somente dos processos onde o risco de perda é provável, conforme orientação técnicas emitida pelo CPC 25.

Comentários da Administração:

Por conservadorismo a Companhia realiza a provisão das contingências dos litígios classificados como possíveis e prováveis, ponderados pela probabilidade de perdas. O julgamento do risco de perda depende das variáveis utilizadas pelos advogados externos. No nosso entendimento as diferenças de critério não são relevantes.

Participações Industriais do Nordeste

Normas públicas de distribuição e eventuais desvios

2- Efetuar o teste de recuperabilidade ("impairment")

Situação atual

A Companhia apresenta contabilizado um ágio no montante de R\$ 540.463 referente a aquisição da sua coligada MSB. A Companhia não vem efetuando o teste de recuperabilidade ("impairment"), conforme determina o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36).

Sugestão de melhoria

Recomendamos que seja cumprido o que determina as normas internacionais de contabilidade, visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da Companhia ou em sua eventual venda.

A Companhia deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica considerada relevante. As indicações podem vir de fontes externas ou internas.

No caso do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") de intangíveis com vida útil indefinida e intangível ainda não disponível para uso, o teste de recuperabilidade deverá ser efetuado no mínimo anualmente, independentemente de existir ou não indicação de perda no valor recuperável.

Comentários da Administração:

A Companhia irá executar o teste de recuperabilidade deste ágio conforme orientação.

Participações Industriais do Nordeste

dos nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não houve ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não tenham aparecido em seu balanço patrimonial.

Participações Industriais do Nordeste

·videnciados nas demonstrações financeiras

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Nenhum item foi citado na questão 10.8.

Participações Industriais do Nordeste

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há nenhum investimento em andamento e também não existe previsão de novos investimentos.

II. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há nenhum desinvestimento em andamento e também não existe previsão de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer planejamento previamente divulgado a respeito da aquisição de plantas e equipamentos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Controladora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas.

c. novos produtos e serviços, indicando:

I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III. projetos em desenvolvimento já divulgados

IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há qualquer intenção da Controladora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em desenvolver novos produtos ou serviços.

**Participações
Industriais do Nordeste**

cia relevante

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não há outras informações relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

nissas

Participações Industriais do Nordeste

11.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

Participações Industriais do Nordeste

ões das projeções divulgadas

11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário*
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções*
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas*

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

Administrativa

Participações Industriais do Nordeste

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao conselho de administração:

- I) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão desta sociedade para cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação.
- II) Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade.
- III) Eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as respectivas atribuições individuais.
- IV) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade e solicitar quaisquer informações sobre os assuntos de interesse da Sociedade.
- V) Convocar a Assembleia Geral.
- VI) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria.
- VII) Escolher e destituir os Auditores Independentes.
- VIII) Deliberar sobre o aumento do capital até o limite estipulado no parágrafo 1º do Artigo 5º deste Estatuto, podendo ainda, alterar a proporção existente entre as espécies de ações que compõem o capital social.
- IX) Deliberar sobre o pagamento de gratificações à Diretoria.
- X) Autorizar, ressalvado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 10 deste Estatuto, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros.

Compete à diretoria:

- I) Cumprir e fazer cumprir o estatuto da companhia e a legislação em vigor.
- II) Administrar as operações da companhia.
- III) Representá-la ativa e passivamente.
- IV) Nomear procuradores com poderes especiais para a prática de atos determinados em nome da sociedade.
- V) Deliberar sobre o pagamento de participação nos lucros ou resultados aos empregados da companhia.
- VI) Promover tudo o que se fizer necessário à realização dos objetivos e ao bom andamento dos negócios da companhia.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não aplicável, pois não há conselho fiscal instalado e não há comitês.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

O emissor não dispõe de mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração. Compete ao conselho de administração avaliar o desempenho da diretoria, sendo esta avaliação atrelada às responsabilidades atribuídas aos respectivos cargos e às práticas do mercado.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O estatuto social estabelece apenas que a diretoria será composta por até 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, nada dispondo sobre atribuições específicas para cada membro do referido órgão. As atribuições específicas do Diretor de Relações com Investidores são aquelas previstas na regulamentação pertinente.

Participações Industriais do Nordeste

Administrativa

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

O emissor não dispõe de mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração. Compete ao conselho de administração avaliar o desempenho da diretoria, sendo esta avaliação atrelada às responsabilidades atribuídas aos respectivos cargos e às práticas do mercado.

relativas às assembleias gerais

Participações Industriais do Nordeste

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

O emissor não adota nenhuma prática diversa da prevista na legislação em vigor, sendo, portanto, de 15 (quinze) dias o prazo de antecedência da primeira convocação e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.

b. competências

O emissor não estipula nenhuma competência específica para a assembleia geral, além do disposto na legislação vigente.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço eletrônico:

www.pin.com.br

Endereços físicos:

1. Rua Miguel Calmon nº 398, 7º andar/parte, Comércio, Salvador/BA, CEP 40015-010.
2. Praça Pio X nº 98, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-040.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Será observado o que dispõe a legislação e regulamentação pertinentes.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

O emissor não solicita procurações para o exercício do direito de voto.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia, advogado, instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato original, com firma reconhecida, devidamente regularizado na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

O emissor não aceita procurações por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

O emissor não adota essa prática.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

O emissor não adota essa prática.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Participações
Industriais do Nordeste

relativas às assembleias gerais

O emissor não dispõe desses mecanismos específicos, devendo ser observado o que dispõe a legislação e regulamentação pertinente.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	28/03/2014
		Diário Oficial do Estado da Bahia - BA	28/03/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	15/04/2014
			16/04/2014
			17/04/2014
		Diário Oficial do Estado da Bahia - BA	15/04/2014
			16/04/2014
17/04/2014			
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	27/03/2013
		Diário Oficial do Estado da Bahia - BA	27/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	12/04/2013
			13/04/2013
			16/04/2013
		Diário Oficial do Estado da Bahia - BA	12/04/2013
			13/04/2013
16/04/2013			
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	21/04/2012
		Diário Oficial do Estado - BA	21/04/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	30/03/2012
			31/03/2012
			03/04/2012
		Diário Oficial do Estado - BA	30/03/2012
			31/03/2012
			03/04/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	13/04/2012
			14/04/2012
			17/04/2012
		Diário Oficial do Estado - BA	13/04/2012
			14/04/2012
17/04/2012			
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	18/07/2012	
	Diário Oficial do Estado da Bahia - BA	18/07/2012	

relativas ao Conselho de Administração

Participações Industriais do Nordeste

12.4 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. frequência das reuniões

As reuniões do conselho de administração ocorrem aproximadamente a cada 6 meses, podendo haver variações conforme a necessidade de deliberação sobre os assuntos de competência de tal órgão. De todo modo, este órgão reunir-se-á sempre que convocado pelo respectivo Presidente.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do conselho de administração indicados pelos acionistas signatários do Acordo de Acionistas firmado em 16.05.2005 devem votar conforme o disposto em tal instrumento.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Será observado o que dispõe a legislação e regulamentação pertinentes.

Participações Industriais do Nordeste

Compromissória para resolução de conflitos por meio de

12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não aplicável, pois não há cláusula compromissória no estatuto do emissor para que a resolução de conflitos ocorra por meio de arbitragem.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Francisco Teixeira de Sá 221.072.908-49	66 Engenheiro Químico	Pertence apenas à Diretoria Diretor sem designação específica	06/05/2013 06/05/2013	3 anos Sim
Andre Philippe Mattias Lindner Krepel 003.679.127-08	45 Administrador de empresas	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	06/05/2013 06/05/2013	3 anos Sim
Diretor Presidente - desde Setembro/2010. Diretor - desde Setembro/2005. Gerente de Planejamento – de Dezembro/2002 até Setembro/2005.				
Angela Mariani Bittencourt 310.264.517-87	62 Empresária	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014 30/04/2014	3 anos Sim
Conselheira - desde Abril/1982				
Carlos Mariani Bittencourt 007.595.037-53	77 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2014 30/04/2014	3 anos Sim
Conselheiro - desde Abril/1982. Presidente do Conselho de Administração - desde Outubro/2001.				
Eduardo Mariani Bittencourt 009.486.407-15	75 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014 30/04/2014	3 anos Sim
Diretor - de 1983 até 2001. Conselheiro - desde Abril/1982				
Filipe Eduardo Moreau 037.469.398-60	56 Arquiteto	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014 30/04/2014	3 anos Sim
Conselheiro - desde Agosto/1999				
Gisela Maria Moreau 037.469.438-92	53 Ilustradora	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014 30/04/2014	3 anos Sim
Conselheira - desde Maio/1996				
Glória Maria Mariani Bittencourt 008.113.197-68	71 Socióloga	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014 30/04/2014	3 anos Sim
Conselheira - desde Abril/1982				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt 380.450.957-68	61 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014 30/04/2014	3 anos Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Diretor - de 1987 até 2005 Conselheiro - desde Abril/1982				
Diogo Guttman Mariani 071.944.797-61	36 Economista	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração Conselheiro	30/04/2015 30/04/2015	3 anos Sim
Diretor desde junho/2014; Conselheiro desde Maio/2015;				
Gilberto Braga 595.468.247-04	54 Economista	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2015 30/04/2015	1 ano Sim
Anderson dos Santos Amorim 029.215.847-51	39 Contador	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2015 30/04/2015	1 ano Sim
Elias de Matos Brito 816.669.777-72	49 Contador	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2015 30/04/2015	1 ano Sim
Ronaldo dos Santos Machado 863.923.287-34	50 Contador	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2015 30/04/2015	1 ano Sim
Jaime Behrmann Martins 642.218.575-87	42 Contador	Conselho Fiscal 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/04/2015 30/04/2015	1 ano Não
Marcos Antônio Maciel Pires 455.997.855-72	47 Contador	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	30/04/2015 30/04/2015	1 ano Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Francisco Teixeira de Sá - 221.072.908-49

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Diretor - desde Setembro/2010

2. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Diretor – desde Setembro/2010

3. ESB 110 Serviços e Participações Ltda.

Atividade principal: Aquisição de imóveis.
Diretor - desde Setembro/2010

4. Zínia Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Mineração Caraíba S.A.
Diretor operacional – desde Outubro/2010

Em sociedades que integram o grupo econômico do emissor:

5. Latapack S.A.

Atividade principal: Participação no capital social da Latapack-Ball Embalagens Ltda.
Presidente do Conselho de Administração – desde Janeiro/1999

6. Latapack Participações Ltda.

Atividade principal: Participação no capital social de outras empresas como sócia ou acionista.
Diretor – Outubro/2005

7. Latapack-Ball Embalagens Ltda.

Atividade principal: Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal.
Conselheiro - desde Novembro/2011

Em outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

8. PIN Agropecuária Ltda.

Atividade principal: Administração de imóveis rurais, incorporação imobiliária e exploração de atividades agrícolas e pastoris.
Diretor - desde Outubro/2010

9. Engepack Embalagens S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Presidente do Conselho de Administração - desde Novembro/2002

10. Pronor Petroquímica S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Presidente – desde Setembro/2002
Presidente do Conselho de Administração - desde Novembro/2002

11. Braskem S.A.

Atividade principal: Fabricação de produtos petroquímicos básicos.
Conselheiro - desde 2002 a Abril/2010

12. Copene Petroquímica do Nordeste S.A.

Atividade principal: Fabricação de produtos petroquímicos básicos.
Diretor Superintendente – de 2001 a 2002

13. Polialden Petroquímica S/A

Atividade principal: Fabricação de produtos petroquímicos básicos.

Diretor Superintendente – de 2001 a 2002

14. Caraíba Metais S.A.

Atividade principal: Produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos.

Diretor Superintendente/Comercial – de 1989 a 1997

15. EDN - Estireno do Nordeste S.A.

Atividade principal: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Diretor Industrial – de 1984 a 1997

16. Dow Química S.A.

Atividade principal: Fabricação de produtos químicos.

Engenheiro e Gerente de Produção – de 1973 a 1984

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial do Sr. Francisco Teixeira de Sá.

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel - 003.679.127-08

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Diretor Presidente – desde Setembro/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Diretor Presidente - desde Setembro/2005

3. PIN Petroquímica S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Diretor - desde Outubro/2005

4. Zínia Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Mineração Caraíba S.A.

Diretor Presidente - desde Novembro/2005

5. ESB 110 Serviços e Participações Ltda.

Atividade principal: Aquisição de imóveis.

Diretor Presidente - desde Março/2006

Em sociedades que integram o grupo econômico do emissor:

6. Latapack Participações Ltda.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Diretor – desde Outubro/2005.

7. Latapack S.A.

Atividade principal: Participação no capital social da Latapack-Ball Embalagens Ltda.

Diretor Presidente - desde Março/2011.

Conselheiro - desde Outubro/2005

8. Latapack-Ball Embalagens Ltda.

Atividade principal: Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal.

Conselheiro - desde Novembro/2011

9. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.

Diretor Presidente e Diretor de Relações com a SUSEP - desde Abril/2002

10. MSB Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Diretor - desde Outubro/2005

Em outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

11. PIN Agropecuária Ltda.

Atividade principal: Administração de imóveis rurais, incorporação imobiliária e exploração de atividades agrícolas e pastoris.

Diretor - desde Setembro/2005

12. Mineração Caraíba S.A.

Atividade principal: Exploração e aproveitamento de jazidas minerais.

Conselheiro - desde Abril/2006

13. Engepack Embalagens S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Conselheiro - desde Dezembro/2002

14. Pronor Petroquímica S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Conselheiro - desde Setembro/2002

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial do Sr. Andre Philippe Mattias Lindner Krepel.

Angela Mariani Bittencourt - 310.264.517-87

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira - desde Agosto/2005

5. Ariel Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

6. Mabe Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

7. MMB Agropecuária Ltda.

Atividade principal: Exploração de atividades agropecuárias.
Diretora - desde Outubro/2006

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial da Sra. Angela Mariani Bittencourt.

Carlos Mariani Bittencourt - 007.595.037-53

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Diretor - desde Outubro/2005
Presidente do Conselho de Administração – de Junho/2003 a Setembro/2005

3. PIN Petroquímica S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Diretor Presidente - desde Outubro/2005

4. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Agosto/2005

5. Bela Vista Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

6. Barcelona Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

Em sociedades que integram o grupo econômico do emissor:

7. Latapack S.A.

Atividade principal: Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal.
Diretor - desde Junho/2007

8. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.
Conselheiro - desde Abril/1996

Em outra sociedade em que o administrador também exerce função de administrador:

9. Pronor Petroquímica S.A.

Atividade Principal: Participação no capital de outras sociedades.
Conselheiro – de Outubro/1983 até Novembro/2005
Diretor – desde Janeiro/2012

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial do Sr. Carlos Mariani Bittencourt.

Eduardo Mariani Bittencourt - 009.486.407-15

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Presidente do Conselho de Administração – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Presidente do Conselho de Administração - desde Agosto/2005

Diretor Presidente - desde Outubro/2001

4. EM Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.

Diretor Presidente - desde Maio/2005

5. EMF Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.

Diretor Presidente - desde Maio/2005

6. Banco BBM S.A.

Atividade principal: Instituição financeira.

Conselheiro – desde Junho/2004

7. Agropecuária Noil Ltda.

Atividade principal: atividades pecuárias e agropastoris

Diretor Presidente - desde Dezembro/2002

8. Agro Pastoral do Araguaia Ltda.

Atividade principal: atividades pecuárias e agropastoris

Diretor - desde Janeiro/2007

Em sociedade que integra o grupo econômico do emissor:

9. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.

Presidente do Conselho de Administração - desde Abril/1996

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial do Sr. Eduardo Mariani Bittencourt.

Filipe Eduardo Moreau - 037.469.398-60

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheiro - desde Agosto/2005

Em outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

4. Figusbel Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.

Diretor Presidente - desde Maio/2005

5. BNDC Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.

Diretor Presidente - desde Maio/2005

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial do Sr. Filipe Eduardo Moreau.

Gisela Maria Moreau - 037.469.438-92

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheira – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheira – desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheira - desde Agosto/2005

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial da Sra. Gisela Maria Moreau.

Glória Maria Mariani Bittencourt - 008.113.197-68

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira - desde Agosto/2005

4. Aldebaran Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

5. Banco BBM S.A.

Atividade principal: Instituição financeira.
Conselheira – desde Maio/2007

6. Auriga Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial da Sra. Glória Maria Mariani Bittencourt.

Pedro Henrique Mariani Bittencourt - 380.450.957-68

i. principais experiências profissionais, incluindo todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Em sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Agosto/2005
Diretor - desde Outubro/2001

4. Latapack S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Latapack-Ball Embalagens Ltda.
Conselheiro – desde Março/2011

5. Monembasia Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

6. Bitinia Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

7. Banco BBM S.A.

Atividade principal: Instituição financeira.
Diretor – desde Julho/2001
Presidente do Conselho de Administração – desde Dezembro/2009
Conselheiro – desde Maio/2007

8. Odebrecht S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Conselheiro – desde Dezembro/2004

9. Farol da Barra Participações Ltda.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Diretor Presidente - desde Agosto/1995

10. Acritai Investimentos Ltda.

Atividade principal: Promover investimentos de qualquer natureza.
Diretor Presidente - desde Novembro/1991

Em sociedade que integra o grupo econômico do emissor:

11. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.
Diretor – desde Novembro/2010
Conselheiro - desde Abril/1996

12. Latapack-Ball Embalagens Ltda.

Atividade principal: Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal.
Conselheiro – desde Novembro/2011

Em outra sociedade em que o administrador também exerce função de administrador:

13. BBM Administração de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Atividade principal: Instituição financeira.
Presidente – desde Junho/2006

ii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM, nem condenações transitaram em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que acarretassem na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial do Sr. Pedro Henrique Mariani Bittencourt.

Diogo Guttman Mariani - 071.944.797-61

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Diretor – desde Junho/2014;

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Diretor – desde Junho/2014; Conselheiro - desde Maio/2015;

3. LM Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.

Diretor - desde Maio/2005; 4. LCM Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.

Diretor - desde Maio/2005

Diogo Guttman Mariani declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou

- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou

- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Gilberto Braga - 595.468.247-04

Experiência profissional: Atualmente é consultor empresarial independente e perito do TJERJ e de tribunais arbitrais na área financeira e de mercado de capitais; Foi auditor externo da KPMG; Atuou em funções executivas financeiras em empresas como Vale (Caemi), AMBEV (Brahma) e Opportunity (empresas de private equity e banco de investimentos); Consultor associado da FGV Projetos; Ex-Conselheiro Fiscal das seguintes empresas: CSU Cardsystem (operadora de sistemas para cartões de crédito); Tecnisa (construção civil); ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (atual AMBIMA); Brasil Telecom (atual Oi/Telemar); Norte Brasil Transmissora de Energia (joint venture da espanhola Abengoa com a Eletrobras); Manaus Transmissora de Energia (joint venture da espanhola Abengoa com a Eletrobras); Linha Verde Transmissora de Energia (joint venture da espanhola Abengoa com a Eletrobras); Telemig Celular; Amazonia Celular; Opportrans (Holding da concessionária operadora do Metrô do Rio); LPS Patrimônio (SA de capital fechado), corretora líder de imóveis do Rio de Janeiro, coligada da Lopes Imobiliária (Novo Mercado da BM&F-Bovespa. Atual membro do Conselho Fiscal (mandato 2015) nas seguintes empresas: Santos Brasil Participações (Nível 2 da BM&F-Bovespa), operadora do Terminal de Contêineres do Porto de Santos; Brookfield Empreendimentos Imobiliários (Novo Mercado da BM&F-Bovespa) - construção civil; Petro Rio, nova denominação de HRT Participações (Novo Mercado da BM&F-Bovespa) - petróleo; Profarma (Novo Mercado da BM&F-Bovespa) - distribuidora de medicamentos; Braskem, empresa petroquímica controlada pela Petrobras e Odebrecht (eleito como conselheiro independente pelos acionistas minoritários preferencialistas). Gilberto Braga declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou

- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou

- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Anderson dos Santos Amorim - 029.215.847-51

Informações Profissionais: Sócio da Empresa Exato Assessoria Contábil Ltda. (Escritório de Contabilidade, Auditoria, Consultoria Econômica, Financeira e Empresarial. Atuação desde janeiro de 2003 em perícias judiciais de natureza contábil, financeira, econômica e patrimonial, no âmbito do poder judiciário, em processos arbitrais e demandas administrativas. Anderson dos Santos Amorim declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou

- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou

- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Elias de Matos Brito - 816.669.777-72

Experiência profissional: 13 anos de atuação no Grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, tendo ocupado os seguintes cargos: Gerente de Auditoria Interna; Gerente de Cobrança e Crédito; Gerente de Orçamentos e Controle; e Gerente Financeiro Nacional. Liquidante do Banco do Estado do Rio de Janeiro no período de maio de 2002 a dezembro de 2006. Reestruturação do passivo fiscal; Levantamento e consolidação do passivo cível; Formatação de política de defesa nos processos judiciais; Definição dos limites de responsabilidade e aplicação da sucessão em relação ao Banco Itaú S. A., notadamente em relação aos passivos cíveis e trabalhista; Recuperação de ativos; Regularização de imóveis; Recuperação de créditos fiscais; Relacionamento com os poderes públicos na esfera municipal, estadual e federal na busca das soluções necessárias ao encaminhamento da liquidação; Saneamento do balanço e estruturação de operação de venda do banco, levado a leilão em novembro de 2006 na Bolsa do Rio de Janeiro (Não houve arrematante à época). Posteriormente o novo governo, tomando como base o projeto original, fez modificações e alcançou êxito na alienação do banco em liquidação através de leilão público. Área de Atuação: Sócio fundador e majoritário da empresa Exato Assessoria Contábil Ltda., desde 1999, voltada aos serviços de: Contabilidade; Auditoria; Assessoria Contábil; Perícia Contábil - judicial e extrajudicial; Perícia e assistência técnica em arbitragem; Avaliação de empresas; Assessoria Tributária e Planejamento Fiscal. Perito Judicial na 18ª Vara Cível da Capital – RJ. Perito Judicial na 1ª Vara Cível da Barra da Tijuca - RJ. Atual membro titular do Conselho de Administração da USIMINAS, Companhia de capital aberto. Atual membro titular do Conselho Fiscal da PROFARMA S. A, Companhia de capital aberto. Atual membro titular do Conselho Fiscal da Brookfields Incorporações S. A., Companhia de capital aberto. Atual membro titular do Conselho Fiscal da HRT Participações em Petróleo S. A., Companhia de capital aberto. Presidente do Conselho Fiscal da Editora O Dia S. A., de 2004 a 2009. Diretor da Associação dos Peritos do Estado do Rio de Janeiro. Elias de Matos Brito declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
 - qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
 - qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
-

Ronaldo dos Santos Machado - 863.923.287-34

Experiência Profissional: Profissional da área de finanças com mais de 15 anos de experiência; Sócio da Exato Assessoria Contábil Ltda, perito judicial e conselheiro profissional; Perito Judicial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Assistente técnico em perícias judiciais e arbitragem. Ronaldo dos Santos Machado declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
 - qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
 - qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
-

Jaime Behrmann Martins - 642.218.575-87

Experiência Profissional: Sócio-Diretor da Organizer Consultoria e Contabilidade, (desde 2006); Sócio-Gerente da Terco Grant Thornton - Auditoria e Consultoria (2005 a 2006); Sócio Gerente da Performance Auditoria (2000 a 2003); Sênior Experiente da Arthur Andersen (1995 a 2000); e Supervisor da Staff Consultores Empresaria e Audasc - Auditoria, Assessoria e Consultoria (1991 a 1995). Jaime Behrmann Martins declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
 - qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
 - qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
-

Marcos Antônio Maciel Pires - 455.997.855-72

Experiência Profissional: Sócio-Diretor na Organizer Consultoria e Contabilidade (desde 2006); e Supervisor na Interpares Contabilidade (1995 a 2005). Marcos Antônio Maciel Pires declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui nenhum comitê estatutário ou não estatutário, como, por exemplo, de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Filipe Eduardo Moreau Conselheiro do emissor	037.469.398-60	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Gisela Maria Moreau Conselheira do emissor	037.469.438-92	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
--	----------------	--	--------------------	--

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
---	----------------	--	--------------------	--

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
---	----------------	--	--------------------	--

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

12.10.a. Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre os administradores do emissor e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor. O emissor ressalta apenas que alguns dos seus administradores são também administradores das controladas.

12.10.b. Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre os administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do emissor. O emissor ressalta apenas que alguns dos seus administradores são também administradores das controladoras.

12.10.c. Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre os administradores do emissor e fornecedores, clientes, devedores ou credores do emissor, de suas controladas ou controladoras.

Participações Industriais do Nordeste ; **s de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas**

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não aplicável, pois não há qualquer acordo relativo a esse tópico.

Participações Industriais do Nordeste

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

Contudo, de modo a garantir aos investidores o acesso a informações importantes relativamente às assembleias, o emissor informa que, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, foram realizadas as seguintes assembleias:

- em 29/04/2011, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com presença de 68,0011% dos acionistas;
- em 30/04/2012, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com presença de 63,5773% dos acionistas;
- em 30/04/2013, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com presença de 63,6032% dos acionistas;
- em 07/06/2013, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária, com presença de 63,6032% dos acionistas, em segunda convocação; e
- em 09/10/2013, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária, com presença de 63,6032% dos acionistas.

Participações Industriais do Nordeste

a de remuneração, inclusive da diretoria não

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A prática de remuneração tem como objetivo contratar e garantir a permanência dos profissionais mais qualificados do mercado.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O Conselho de Administração não recebe atualmente nenhum tipo de remuneração.

Já a Diretoria Estatutária faz jus à remuneração fixa e, eventualmente, variável, além da percepção de benefícios diretos e indiretos como, plano de assistência médica e seguro de vida.

A Companhia esclarece que o Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2013, e não existem, atualmente, comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração na Companhia.

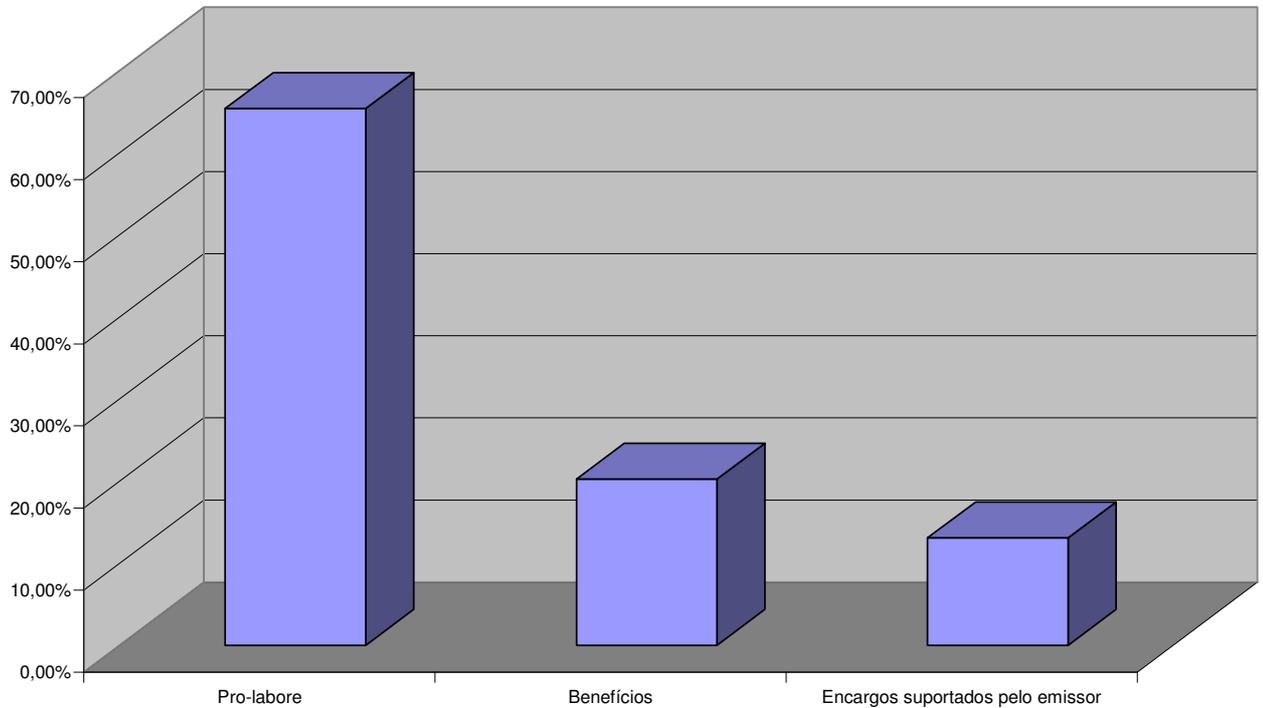
ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Com relação à remuneração da Diretoria Estatutária, no exercício de 2013 – ano em que não houve pagamento de remuneração variável – observa-se que a remuneração pelo *pro-labore* correspondeu a 65,36% da remuneração total, enquanto que os benefícios diretos/indiretos a 20,22% e os encargos suportados pela Companhia a 13,07%.

Participações Industriais do Nordeste

a de remuneração, inclusive da diretoria não

Remuneração da Diretoria Estatutária - Exercício 2013



No exercício de 2013, o Conselho de Administração não recebeu nenhum tipo de remuneração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e de reajuste da remuneração global decorre do alinhamento de alguns elementos, dentre eles o desempenho de cada administrador e as práticas de mercado adotadas por companhias do mesmo porte, do mesmo setor que a Companhia. Tais práticas são acompanhadas de forma atenta pela Companhia, direta ou indiretamente, por exemplo, por meio da contratação eventual de empresas de recrutamento e seleção pessoal para pesquisa salarial.

A metodologia de cálculo da remuneração variável também considera a avaliação semestral individual das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração cuja fórmula para o cálculo é um múltiplo da parcela fixa.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O modelo de composição da remuneração adotado pela Companhia em relação à parcela fixa e benefícios indiretos são baseados nas práticas de mercado. Em relação à parcela variável, esta tem por base o desempenho individual dos administradores.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Participações Industriais do Nordeste

a de remuneração, inclusive da diretoria não

Considerando que a Companhia é uma *holding* não-operacional e não possui nenhum valor mobiliário negociado em mercado de balcão não-organizado, a remuneração fixa tem por base a responsabilidade atribuída ao cargo, com base nas práticas adotadas pelo mercado. Enquanto que para a parcela variável da remuneração, considera-se o desempenho individual do administrador.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O emissor não adota remuneração baseada em indicadores de desempenho da Companhia, mas apenas em indicadores de desempenho individual de cada administrador.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração é estruturada de forma a refletir o cumprimento dos objetivos da Companhia no curso do exercício, de acordo com os objetivos de curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme informações prestadas no item 13.15, um dos Diretores da Companhia recebe remuneração fixa e variável de sociedades controladas e de sociedades sob controle comum do emissor. Contudo nenhuma dessas parcelas se refere ao cargo ocupado na Companhia, mas sim aos cargos exercidos na administração de tais sociedades.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, pois não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,25	2,00		10,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	127.836,00		127.836,00
Benefícios direto e indireto	0,00	43.000,00		43.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	25.567,20		25.567,20
Descrição de outras remunerações fixas		"Outros" é o valor pago pela empresa a título de INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	<p>A previsão do cálculo do nº de membros do Conselho de Administração, para o exercício de 2014, foi elaborada pela média, conforme especificado abaixo:</p> <p>Nº de membros por mês: Janeiro: 9 Fevereiro: 9 Março: 9 Abril: 8 Maio: 8 Junho: 8 Julho: 8 Agosto: 8 Setembro: 8 Outubro: 8 Novembro: 8 Dezembro: 8 Total: 99 / 12 meses = 8,25</p>			
Total da remuneração	0,00	196.403,20		196.403,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,75	2,00		11,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	127.836,00		127.836,00

Benefícios direto e indireto	0,00	39.552,90		39.552,90
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	25.567,20		25.567,20
Descrição de outras remunerações fixas		"Outros" é o valor pago pela empresa a título de INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	<p>O nº de membros do Conselho de Administração foi calculado pela média, para o exercício de 2013, conforme especificado abaixo:</p> <p>Nº de membros por mês: Janeiro: 10 Fevereiro: 10 Março: 10 Abril: 10 Maio: 10 Junho: 10 Julho: 10 Agosto: 10 Setembro: 10 Outubro: 9 Novembro: 9 Dezembro: 9 Total: 117 / 12 meses = 9,75</p>			
Total da remuneração	0,00	192.956,10		192.956,10

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	2,00		12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	127.836,00		127.836,00
Benefícios direto e indireto	0,00	44.836,19		44.836,19
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	25.567,20		25.567,20
Descrição de outras remunerações fixas		Valor pago pela empresa a título de INSS.		
Remuneração variável				

Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	198.239,39		198.239,39

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	2,00		12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	127.783,00		127.783,00
Benefícios direto e indireto	132.934,26	42.247,72		175.181,98
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	25.567,20		25.567,20
Descrição de outras remunerações fixas		Valor pago pela empresa a título de INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	132.934,26	195.597,92		328.532,18

Participações Industriais do Nordeste

Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não aplicável, pois não houve pagamento de remuneração variável nos últimos 3 exercícios sociais, nem há previsão de tal pagamento para o exercício social corrente para nenhum membro do Conselho de Administração e/ou da Diretoria Estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

o em ações do conselho de administração e diretoria

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

- a. termos e condições gerais***
- b. principais objetivos do plano***
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos***
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor***
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo***
- f. número máximo de ações abrangidas***
- g. número máximo de opções a serem outorgadas***
- h. condições de aquisição de ações***
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício***
- j. critérios para fixação do prazo de exercício***
- k. forma de liquidação***
- l. restrições à transferência das ações***
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano***
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações***

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e/ou da Diretoria Estatutária.

Participações Industriais do Nordeste e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por acionistas - por órgão

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Segue a posição acionária consolidada, em 31.12.2013, dos administradores da Companhia:

Sociedade emissora:

Participações Industriais do Nordeste S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PNA (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	64.874	51,49	16.159	51,48	19.311	12,27
Diretoria	-	-	54	0,17	54	0,03
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	64.874	51,49	16.213	51,65	19.365	12,30

Controladores diretos ou indiretos:

Auriga Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.266	95,80	-	-	15.266	95,75
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	15.266	95,80	-	-	15.266	95,75

Bela Vista Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	12.639	74,58	-	-	12.639	74,55
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	12.639	74,58	-	-	12.639	74,55

Participações Industriais do Nordeste e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por
Participações Industriais do Nordeste - por órgão

EM Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	21.993	94,29	-	-	21.993	94,26
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	21.993	94,29	-	-	21.993	94,26

Figusbel Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	5.770	89,46	-	-	5.770	89,36
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	5.770	89,46	-	-	5.770	89,36

LM Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.270	95,80	-	-	15.270	95,75
Diretoria	335	2,10	-	-	335	2,10
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	15.605	97,90	-	-	15.605	97,85

Mabe Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.264	91,93	-	-	15.264	91,89
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	15.264	91,93	-	-	15.264	91,89

**Participações e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por
Industriais do Nordeste**

Monembasia Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	10.574	74,87	-	-	10.574	74,83
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	10.574	74,87	-	-	10.574	74,83

Sociedades controladas:

PQ Seguros S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	16	6,67	-	-	16	6,67
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	16	6,67	-	-	16	6,67

Latapack S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	1	0,000002	-	-	1	0,000002
Diretoria	2	0,000005	-	-	2	0,000005
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	3	0,000007	-	-	3	0,000007

Participações e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por
Industriais do Nordeste **ais - por órgão**

Sociedades sob o controle comum:

Aleutas S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	36.955	58,66	-	-	36.955	58,66
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	36.955	58,66	-	-	36.955	58,66

PIN Petroquímica Participações S.A.						
Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PNA (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	35.570	52,76	8.939	53,23	44.509	52,85
Diretoria	-	-	29	0,17	29	0,03
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Total	35.570	52,76	8.968	53,40	44.538	52,88

Participações Industriais do Nordeste

ies do conselho de administração e da diretoria

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros

c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

i. data de outorga

ii. quantidade de opções outorgadas

iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis

iv. prazo máximo para exercício das opções

v. prazo de restrição à transferência das ações

vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- **em aberto no início do exercício social**
- **perdidas durante o exercício social**
- **exercidas durante o exercício social**
- **expiradas durante o exercício social**

d. valor justo das opções na data de outorga

e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

em aberto detidas pelo conselho de administração e

**Participações
Industriais do Nordeste**

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros

c. em relação às opções ainda não exercíveis:

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

d. em relação às opções exercíveis

i. quantidade

ii. prazo máximo para exercício das opções

iii. prazo de restrição à transferência das ações

iv. preço médio ponderado de exercício

v. valor justo das opções no último dia do exercício social

vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

regues relativas à remuneração baseada em ações do toria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação às opções exercidas informar:**
 - i. número de ações**
 - ii. preço médio ponderado de exercício**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- d. em relação às ações entregues informar:**
 - i. número de ações**
 - ii. preço médio ponderado de aquisição**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

**a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a
13.8, ou das ações e das opções**

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d. forma de determinação da volatilidade esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

Participações Industriais do Nordeste

previdência conferidos aos membros do conselho de estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

b. número de membros

c. nome do plano

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

e. condições para se aposentar antecipadamente

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	10,00
Valor da maior remuneração(Reais)	192.956,10	198.239,39	195.597,92	33.233,69
Valor da menor remuneração(Reais)	192.956,10	198.239,39	195.597,92	8.308,38
Valor médio da remuneração(Reais)	192.956,10	198.239,39	195.597,92	22.155,71

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	O número de membros da diretoria estatutária efetivamente utilizado para o cálculo da remuneração média é 1.
31/12/2012	O número de membros da diretoria estatutária efetivamente utilizado para o cálculo da remuneração média é 1.
31/12/2011	O número de membros da diretoria estatutária efetivamente utilizado para o cálculo da remuneração média é 1.
Conselho de Administração	
31/12/2011	O número de membros do conselho de administração efetivamente utilizado para o cálculo da remuneração média é 6.

Participações Industriais do Nordeste

ou indenização para os administradores em caso de destituição

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois não há quaisquer instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Participações Industriais do Nordeste

total devido por administradores e membros do
acionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2013
Diretoria Estatutária	100%
Conselho de Administração	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	2012
Diretoria Estatutária	100%
Conselho de Administração	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	2011
Diretoria Estatutária	59,54%
Conselho de Administração	40,46%
Conselho Fiscal	0%

Participações Industriais do Nordeste valores e membros do conselho fiscal, agrupados por que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, pois não há nenhum valor reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros da administração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

Participações Industriais do Nordeste

membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de atividades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Com relação aos valores informados neste item, ressalta-se que tais montantes não são relacionados ao exercício do cargo no emissor, mas somente nas respectivas fontes pagadoras.

Remuneração

Exercício Social 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	636.587,78	-	636.587,78
Sociedades sob controle comum	-	231.714,00	-	231.714,00
Total	-	868.301,78	-	868.301,78

Exercício Social 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	545.374,76	-	545.374,76
Sociedades sob controle comum	-	231.714,00	-	231.714,00
Total	-	777.088,76	-	777.088,76

Exercício Social 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	535.848,19	-	535.848,19
Sociedades sob controle comum	287.194,96	209.543,83	-	496.738,79
Total	287.194,96	745.392,02	-	1.032.586,98

Participações Industriais do Nordeste

IS

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

nanos

Participações Industriais do Nordeste

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Emissor:

Ano Base 2013		
Grupos	Nº Empregados	Localização
Administrativo	0	RJ
	5	BA
Auditoria	1	RJ
	1	BA
	1	SP
Contábil	0	RJ
Financeiro	0	RJ
Fiscal	0	RJ
Informática	0	RJ
DP/RH	0	RJ

Ano Base 2012		
Grupos	Nº Empregados	Localização
Administrativo	0	RJ
	4	BA
Auditoria	2	RJ
	1	BA
	1	SP
Contábil	0	RJ
Financeiro	0	RJ
Fiscal	0	RJ
Informática	0	RJ
DP/RH	0	RJ

Ano Base 2011		
Grupos	Nº Empregados	Localização
Administrativo	3	RJ
	3	BA
Auditoria	2	RJ
	1	BA
	1	SP
Contábil	1	RJ
Financeiro	1	RJ
Fiscal	0	RJ
Informática	1	RJ
DP/RH	1	RJ

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável, pois o emissor não possui empregados terceirizados.

nanos

Participações Industriais do Nordeste

c. índice de rotatividade

Emissor:

	Exercício Social		
	2011	2012	2013
Índice de rotatividade	0,17	0,31	0,28

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição a passivos e contingências trabalhistas do emissor já foi explicitada nos itens 4.3 a 4.7 deste formulário.

Participações Industriais do Nordeste

ursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não há nenhuma alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Remuneração dos empregados

Participações Industriais do Nordeste

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Com relação à política de salários, a prática da remuneração tem como objetivo contratar e garantir a permanência dos profissionais mais qualificados do mercado no emissor.

Quanto à remuneração variável, a política depende da avaliação semestral individual, sobre as metas estabelecidas pelo emissor cuja fórmula para o cálculo é um múltiplo da parcela fixa.

b. política de benefícios

Os benefícios da empresa estão baseados nas práticas do mercado. Os seguintes benefícios são 100% custeados pelo emissor: ticket refeição, ticket alimentação, plano de saúde e seguro de vida. O plano odontológico é 80% custeado pelo emissor e 20% pelos funcionários.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários***
- ii. condições para exercício***
- iii. preços de exercício***
- iv. prazos de exercício***
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano***

Não aplicável, pois o emissor não possui planos de remuneração baseados em ações.

Participações Industriais do Nordeste

e o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

As relações entre o emissor e sindicatos são baseadas no disposto na Convenção Coletiva.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Auriga Participações S.A.						
07.488.097/0001-72	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	10.197	8,092800%	0	0,000000%	10.197	6,478900%
Filipe Eduardo Moreau						
037.469.398-60	Brasileira-SP	Sim	Sim	06/05/2013		
	0	0,000000%	853	2,717500%	853	0,542000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A		853	100,000000%			
TOTAL		853	2,717599%			
Monembasia Participações S.A.						
07.488.044/0001-51	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	8.845	7,019800%	0	0,000000%	8.845	5,619900%
Alain Charles Edouard Moreau						
002.944.208-78	Suíça	Não	Não	06/05/2013		
	12.228	9,704700%	3.056	9,736200%	15.284	9,711000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A		3.056	100,000000%			
TOTAL		3.056	9,736205%			
Luiz Clemente Mariani Bittencourt						
008.112.897-53	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	0	0,000000%	2.436	7,760900%	2.436	1,547800%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A		2.436	100,000000%			
TOTAL		2.436	7,760928%			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Pronor Petroquímica S.A.						
13.552.070/0001-02	Brasileira-BA	Não	Não	17/03/2014		
10.421	8,270600%	2.761	8,796400%	13.182	8,375500%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.761	100,000000%				
TOTAL	2.761	8,750634%				
Angela Mariani Bittencourt						
310.264.517-87	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
0	0,000000%	2.436	7,760900%	2.436	1,547800%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.436	100,000000%				
TOTAL	2.436	7,760928%				
Carlos Mariani Bittencourt						
007.595.037-53	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
0	0,000000%	2.001	6,375000%	2.001	1,271400%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.001	100,000000%				
TOTAL	2.001	6,375048%				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt						
380.450.957-68	Brasileira-RJ	Sim	Sim	06/05/2013		
0	0,000000%	1.650	5,256700%	1.650	1,048400%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	1.650	100,000000%				
TOTAL	1.650	5,256786%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Bela Vista Participações S.A.						
07.488.139/0001-75	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	10.864	8,622200%	0	0,000000%	10.864	6,902700%
Eduardo Mariani Bittencourt						
009.486.407-15	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	0	0,000000%	3.558	11,335500%	3.558	2,260700%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A		3.558	100,000000%			
TOTAL		3.558	11,335542%			
Glória Maria Mariani Bittencourt						
008.113.197-68	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	0	0,000000%	2.437	7,764100%	2.437	1,548400%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A		2.437	100,000000%			
TOTAL		2.437	7,764114%			
LM Participações S.A.						
07.488.024/0001-80	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	10.197	8,092800%	0	0,000000%	10.197	6,478900%
Mabe Participações S.A.						
07.488.147/0001-11	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	10.642	8,446000%	0	0,000000%	10.642	6,761600%
EM Participações S.A.						
07.488.124/0001-07	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	15.127	12,005500%	0	0,000000%	15.127	9,611300%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Figusbel Participações S.A.						
07.488.073/0001-13	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013		
	3.847	3,053100%	0	0,000000%	3.847	2,444300%
OUTROS						
	33.632	26,692500%	10.200	32,496800%	43.832	27,849400%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	10.200	100,000000%				
TOTAL	10.200	32,496495%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	126.000	100,000000%	31.388	100,000000%	157.388	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	2.435	7,757742%				
TOTAL	2.435	7,757742%				
TOTAL	3.056	9,736205%				
TOTAL	3.556	11,329170%				
TOTAL	2.435	7,757742%				
TOTAL	2.435	7,757742%				
TOTAL	1.999	6,368676%				
TOTAL	1.648	5,250414%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Auriga Participações S.A.				07.488.097/0001-72	
Glória Maria Mariani Bittencourt					
008.113.197-68	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013	
15.266	95,795700	0	0,000000	15.266	95,753600
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
670	4,204300	7	100,000000	677	4,246400
TOTAL					
15.936	100,000000	7	100,000000	15.943	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bela Vista Participações S.A.				07.488.139/0001-75	
Carlos Mariani Bittencourt					
007.595.037-53	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013	
12.639	74,584000	0	0,000000	12.639	74,553200
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
4.307	25,416000	7	100,000000	4.314	25,446800
TOTAL					
16.946	100,000000	7	100,000000	16.953	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EM Participações S.A.				07.488.124/0001-07	
Eduardo Mariani Bittencourt					
009.486.407-15	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013	
21.993	94,289400	0	0,000000	21.993	94,261100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
1.332	5,710600	7	100,000000	1.339	5,738900
TOTAL	23.325	100,000000	7	100,000000	23.332
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Figusbel Participações S.A.				07.488.073/0001-13		
Filipe Eduardo Moreau						
037.469.398-60	Brasileira-SP	Sim	Sim	06/05/2013		
5.770	89,457400	0	0,000000	5.770	89,360400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
680	10,542600	7	100,000000	687	10,639600	
TOTAL	6.450	100,000000	7	100,000000	6.457	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LM Participações S.A.				07.488.024/0001-80	
Luiz Clemente Mariani Bittencourt					
008.112.897-53	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013	
15.270	95,796700	0	0,000000	15.270	95,754700
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
670	4,203300	7	100,000000	677	4,245300
TOTAL	15.940	100,000000	7	100,000000	15.947
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mabe Participações S.A.				07.488.147/0001-11	
Angela Mariani Bittencourt					
310.264.517-87	Brasileira-BA	Sim	Sim	06/05/2013	
15.264	91,929700	0	0,000000	15.264	91,890900
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
1.340	8,070300	7	100,000000	1.347	8,109100
TOTAL					
16.604	100,000000	7	100,000000	16.611	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monembasia Participações S.A.				07.488.044/0001-51	
OUTROS					
3.550	25,134500	7	100,000000	3.557	25,171600
Pedro Henrique Mariani Bittencourt					
380.450.957-68	Brasileira-RJ	Sim	Sim	06/05/2013	
10.574	74,865500	0	0,000000	10.574	74,828400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	14.124	100,000000	7	100,000000	14.131
					100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	109
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	11
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	56.281	44,667500%
Quantidade preferenciais (Unidades)	14.165	45,128700%
Preferencial Classe A	14.165	100,000000%
Total	70.446	44,759400%

feito na sede do emissor ou do qual o controlador seja

Participações Industriais do Nordeste

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

- Auriga Participações S.A.;
- Bela Vista Participações S.A.;
- EM Participações S.A.;
- Figusbel Participações S.A.;
- LM Participações S.A.;
- Mabe Participações S.A.;
- Monembasia Participações S.A.;
- Mucugê Participações S.A.;
- Angela Mariani Bittencourt;
- Anna Letícia Mariani Lacerda;
- Bruno Mariani;
- Carlos Augusto Mariani Lacerda;
- Carlos Mariani Bittencourt;
- Cecília Mariani;
- Clara Mariani Flaksman;
- Cristiana Dreux Mariani;
- Daniel Bracher Mariani;
- Diogo Guttman Mariani;
- Eduardo Mariani Bittencourt;
- Erich Eichner Mariani;
- Estela Dreux Mariani;
- Filipe Eduardo Moreau;
- Francisco Cavalheiro Mariani;
- Gabriel Mariani Flaksman;
- Glória Maria Mariani Bittencourt;
- Gustavo Niero Moreau;
- Isabel Chaib Moreau;
- Joana Guttman Mariani;
- João Mariani Flaksman;
- Julia Bracher Mariani;
- Livia Mariani Lemos;
- Luiz Clemente Mariani Bittencourt;
- Luiza Mariani;
- Marcos Dreux Mariani;
- Maria Clara Mariani Bittencourt;
- Maria Leticia Dreux Mariani;
- Matias Bracher Mariani;
- Miguel Mariani Flaksman;
- Pedro Henrique Mariani Bittencourt;
- Pedro Mariani Lacerda;
- Raul Mariani Chataignier;
- Tomás Mariani Lemos; e
- Vicente Cavalheiro Mariani.

b. data de celebração

O Acordo foi celebrado em 16.05.2005.

Participações Industriais do Nordeste

feito na sede do emissor ou do qual o controlador seja

c. prazo de vigência

O Acordo de Acionistas tem prazo de vigência por 30 anos contados de 16.05.2005, sendo automaticamente prorrogado por períodos adicionais de 5 anos se nenhuma parte informar à outra, mediante comunicação por escrito entregue com antecedência de 6 meses, sua decisão de não prorrogar o Acordo.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

A cada "Ação Ordinária Vinculada" corresponde 1 voto nas deliberações sociais, incluindo Reuniões Prévias, Assembleias Gerais e Especiais. As "Ações Preferenciais Vinculadas de Classe A" não terão direito de voto.

Os "Acionistas Votantes" deverão se reunir previamente a qualquer Assembleia Geral e/ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas Controladas, a fim de deliberar como votarão e/ou instruirão os votos de seus representantes, de modo uniforme, nas Assembleias Gerais da Companhia e/ou de suas Controladas e nas respectivas Reuniões de Conselho de Administração.

O Acionista Votante que não comparecer à Reunião Prévia realizada de acordo com todos os procedimentos previstos no Acordo de Acionistas deverá estar presente e votar na Assembleia Geral da Companhia e/ou de Controladas da Companhia e/ou instruir o voto de seus representantes nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia e/ou de Controladas da Companhia, de acordo com o que vier a ser estabelecido na Reunião Prévia à qual não compareceu, assegurado à parte prejudicada ou ao conselheiro eleito pela parte prejudicada o direito de votar com as ações pertencentes ao acionista ausente ou omissa ou de seu representante no Conselho de Administração.

Na hipótese de não instalação da Reunião Prévia, os "Acionistas Votantes" deverão votar na respectiva Assembleia Geral da Companhia e/ou de Controladas da Companhia e/ou instruir o voto de seus representantes nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia ou de Controladas da Companhia, conforme o caso, no sentido de manter o *status quo* da Companhia ou da Controlada da Companhia.

Caso qualquer dos "Acionistas Votantes" passe a deter quantidade inferior a 1% do capital votante da Companhia, a Reunião Prévia, por maioria dos votos, decidirá se esse acionista será excluído de participar nas Reuniões Prévias da Companhia, sendo certo que, em qualquer hipótese, suas ações permanecerão vinculadas aos termos do Acordo.

As deliberações em Reunião Prévia serão tomadas pela maioria dos votos dos "Acionistas Votantes" presentes, exceto com relação às matérias relacionadas abaixo, que exigirão para a sua aprovação, também em Reunião Prévia, o quorum de 65% dos votos dos "Acionistas Votantes".

- investimentos, individuais ou no agregado, (i) da Companhia que excederem a R\$ 3.000.000,00 por ano, (ii) das sociedades controladas pela Companhia, que excederem a R\$ 5.000.000,00 por ano, em ambos os casos somente quando tais investimentos não estiverem previstos no orçamento anual da Companhia ou Controladas pela Companhia, conforme o caso;
- contratos de qualquer natureza que impliquem em obrigações (i) da Companhia que excederem a R\$ 3.000.000,00 por ano, (ii) das sociedades controladas pela Companhia, que excederem a R\$ 5.000.000,00 por ano, em ambos os casos

Participações Industriais do Nordeste

- somente quando tais contratos não estiverem previstos no orçamento anual da Companhia ou das controladas pela Companhia, conforme o caso;
- autorização à Diretoria para adquirir ou alienar bens do ativo permanente, constituir ônus reais, prestar garantias a obrigações de terceiros, contrair empréstimos, renunciar a direitos, transigir ou onerar de qualquer forma, os bens da Companhia em valores que representem responsabilidade igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 que não estejam previstos no orçamento anual da Companhia;
 - qualquer operação individual entre a Companhia e/ou sua Controlada, de um lado, e seus acionistas e/ou sociedades controladas ou coligadas desses, de outro lado;
 - redução do dividendo obrigatório ou proposta para pagar ou distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio diferente de 25% do lucro líquido da Companhia;
 - participação da Companhia em grupo de sociedades;
 - alteração do Estatuto Social da Companhia que modifique direitos e/ou obrigações dos acionistas, exceto com respeito a aumentos do capital social que não importem em diluição injustificada;
 - aprovação de planos de opção de compra de ações e subsequentes alterações ou revogação dos mesmos;
 - cisão, fusão, incorporação, transformação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
 - criação de ações preferenciais ou ordinárias, em ambos os casos de classes diferentes das existentes ou aumento de classe existente de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção com as demais espécies e classes, bem como a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais ou, ainda, criação de nova classe mais favorecida;
 - deliberação acerca de qualquer matéria que por lei dê a qualquer Acionista o direito de retirar-se da Companhia;
 - dissolução e liquidação da Companhia;
 - a declaração de autofalência ou a promoção de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e
 - a orientação de voto dos representantes da Companhia nas suas Controladas com respeito a todas as matérias aqui relacionadas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Cada uma das acionistas detentoras de "Ações Ordinárias Vinculadas" terá o direito de indicar os membros do Conselho de Administração segundo a tabela abaixo, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral desde que haja vaga em tal órgão e sempre respeitado o número máximo de integrantes permitido (doze).

Percentual de ações ordinárias de emissão da Companhia detida por uma Holding:	Quantidade de membro(s) do Conselho de Administração da Companhia que esta Holding poderá eleger:
Holding detentora de 3,01% a 14,99% das ações ordinárias da Companhia.	1 (um) membro do Conselho de Administração.
Holding detentora de 15% a 29,99% das ações ordinárias da Companhia.	2 (dois) membros do Conselho de Administração.

Participações Industriais do Nordeste

feito na sede do emissor ou do qual o controlador seja

Holding detentora de 30% a 44,99% das ações ordinárias da Companhia.	3 (três) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de 45% a 59,99% das ações ordinárias da Companhia.	4 (quatro) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de 60% a 74,99% das ações ordinárias da Companhia.	5 (cinco) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de 75% a 89,99% das ações ordinárias da Companhia.	6 (seis) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de mais de 90% das ações ordinárias da Companhia.	7 (sete) membros do Conselho de Administração.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os acionistas detentores de "Ações Ordinárias Vinculadas" e de "Ações Preferenciais Vinculadas da Classe C" somente poderão alienar suas respectivas ações após oferecerem aos demais acionistas o direito de preferência e o direito de venda conjunta tal como previsto na Cláusula VIII e na Cláusula IX do Acordo, respectivamente.

Os acionistas titulares de Ações Preferenciais Vinculadas da Classe A e/ou da Classe B também só poderão alienar suas respectivas ações depois de oferecida aos demais acionistas preferência para adquiri-las observado o disposto na Cláusula VIII e no item 9.8 do Acordo. Já o direito de venda conjunta estipulado na Cláusula IX do Acordo será aplicável aos titulares de Ações Preferenciais Vinculadas de Classe A e/ou B apenas nas situações previstas no item 9.6 do Acordo.

Depois de realizados os procedimentos relativos a direito de preferência e venda conjunta e caso as ações venham a ser alienadas a terceiros, a maioria dos "Acionistas Votantes" decidirá, em Reunião Prévia, se tais ações permanecerão ou não vinculadas aos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

Ainda sobre os procedimentos de direito de preferência e de venda conjunta previstos na Cláusula VIII e na Cláusula IX do Acordo, estes são igualmente aplicáveis à hipótese de mudança e/ou compartilhamento de controle dos Acionistas detentores de "Ações Ordinárias Vinculadas", respeitado o disposto na Cláusula XII do mesmo instrumento.

Além dos direitos referidos acima, o Acordo prevê que, caso acionistas titulares de, no mínimo, 70% das "Ações Ordinárias Vinculadas" desejarem alienar a totalidade de suas ações, terão eles o direito de exigir que os demais acionistas alienem, em conjunto e nas mesmas condições, a totalidade de suas ações.

As restrições quanto à alienação de ações previstas no Acordo de Acionistas não se aplicarão, exclusivamente, nos casos previstos em seu item 12.4.

Por fim, qualquer alienação que viole o disposto no Acordo de Acionistas será nula e ineficaz, ficando a Companhia, desde já, proibida de registrá-la em seus livros.

Participações Industriais do Nordeste

realizado na sede do emissor ou do qual o controlador seja

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Como já informado no item "d" acima, os membros do Conselho de Administração deverão proferir seus votos segundo vier a ser decidido pelos Acionistas Votantes em Reunião Prévia, sempre preservado o interesse da Companhia como determina a Lei.

Participações Industriais do Nordeste

participações dos membros do grupo de controle e

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A integrante do bloco de controle Mucugê Participações S.A., Maria Clara Mariani Bittencourt, acionista controladora da Mucugê Participações S.A. e o membro do Conselho de Administração Pedro Mariani Lacerda, alienaram a totalidade de suas participações no emissor para a Pronor Petroquímica S.A., a qual passou a deter 8,27% das ações do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste

Políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações contábeis, com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

As operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são sempre realizados observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Engepack Embalagens S.A.	30/04/2014	8.999,64	R\$ 8.999,64	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controladores em comum					
Objeto contrato		Prestação de serviços					
Garantia e seguros		Não há garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção		O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes					
Natureza e razão para a operação							
Banco BBM	11/11/2013	6.000.000,00	R\$ 6.271.044,96	100%	Vencimento até 15/07/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controladores em comum					
Objeto contrato		Aplicações em CDB					
Garantia e seguros		Não há garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção		Resgate da aplicação. A mesma possui liquidez diária					
Natureza e razão para a operação							
PIN Petroquímica Participações S.A	28/09/2011	7.000.000,00	R\$ 0,00	100%	6 meses e 5 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controladores em comum					
Objeto contrato		Venda de investimento					
Garantia e seguros		Não há garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção		O contrato é de caráter irrevogável e irretratável					
Natureza e razão para a operação							
Engepack Embalagens S.A	31/12/2012	44.479,04	R\$ 0,00	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controladores em comum					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido em qualquer momento por ambas as partes						
Natureza e razão para a operação							
Pronor Petroquímica S.A	06/12/2012	8.662.552,80	R\$ 10.038.575,12	100%	até 31/12/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	O contrato será rescindido quando a empresa mutuária quitar a dívida						
Natureza e razão para a operação	Mútuo com empresa relacionada tomado para pagamento de empréstimos, atualizado pelo CDI						
Banco BBM	11/11/2013	14.820.000,00	R\$ 13.416.000,00	100%	Prazo de 246 dias com vencimento 15/07/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Contrato de NDF						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante liquidação pelo comprador						
Natureza e razão para a operação							
Engepack Embalagens S.A	31/12/2013	33.959,07	R\$ 0,00	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido em qualquer momento por ambas as parte						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Aleutas S.A., Évora S.A., PIN Petroquímica Participações S.A. e Pronor Petroquímica S.A.	17/03/2014	56.177.146,38	R\$ 56.177.146,38	R\$ 56.177.146,38	6 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Mesmo grupo econômico						
Objeto contrato	Prestação de garantia pelo emissor em favor das partes relacionadas						
Garantia e seguros	Prestação de garantia pelo emissor						
Rescisão ou extinção	Não há condições que acarretariam a rescisão ou a extinção do Contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Engepack Embalagens S.A	31/12/2011	48.678,86	R\$ 0,00	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes						
Natureza e razão para a operação							

Participações Industriais do Nordeste

s para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter
pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

***(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e
(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.***

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas ou exigidas pela legislação. A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus administradores, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia.

Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro da administração, o respectivo membro deve abster-se de participar de decisão, ficando a mesma cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

Na hipótese de pretendermos celebrar operações e negócios com nossas partes relacionadas, temos políticas que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2015	114.203.842,16		126.000	31.388	157.388
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2014	97.013.534,79		126.000	31.388	157.388
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	31.388				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/04/2014	200.000.000,00		126.000	31.388	157.388
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	31.388				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/06/2013	79.190.970,62		126.000	31.388	157.388
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	31.388				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
28/09/2001	100.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2011	Assembleia Geral Extraordinária	29/04/2011	15.375.233,72	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

07/06/2013	Assembleia Geral Extraordinária	07/06/2013	9.443.280,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2014	Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2014	17.822.564,17	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2015	Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2015	17.190.307,37	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve nenhum desdobramento, grupamento ou bonificação no emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve nenhuma redução do capital social do emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

Participações Industriais do Nordeste

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Os acionistas detentores de ações ordinárias fazem jus ao recebimento de 25%, no mínimo, a título de dividendos, calculados com os ajustamentos da Lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A Assembleia Geral poderá autorizar a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, mediante deliberação tomada por maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto fixar: a) o montante das ações a serem convertidas; b) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e c) o momento em que se dará a conversão de ações.
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme previsto no Acordo de Acionistas do emissor (Acordo), os acionistas detentores de "Ações Ordinárias Vinculadas" somente poderão alienar suas respectivas ações após oferecerem aos demais acionistas o direito de preferência e o direito de venda conjunta tal como previsto na Cláusula VIII e na Cláusula IX do Acordo, respectivamente.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária sobre o assunto.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme previsto no Acordo de Acionistas do emissor (Acordo), os acionistas titulares de Ações Preferenciais Vinculadas da Classe A só poderão alienar suas respectivas ações depois de oferecida aos demais acionistas preferência para adquiri-las observado o disposto na Cláusula VIII e no item 9.8 do Acordo. Já o direito de venda conjunta estipulado na Cláusula IX do Acordo será aplicável aos titulares de Ações Preferenciais Vinculadas de Classe A apenas nas situações previstas no item 9.6 do Acordo.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária sobre o assunto.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	

Participações Industriais do Nordeste

as estatutárias que limitem o direito de voto de s obriguem a realizar oferta pública

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não aplicável, pois não existem regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública, além das regras mencionadas no item 15.5, referentes ao Acordo de Acionistas do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

Cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável, pois o estatuto do emissor não contém exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois o emissor não possui valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nenhum valor mobiliário do emissor admitido à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Participações Industriais do Nordeste

e valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Não aplicável, pois o emissor não possui valores mobiliários admitidos à negociação atualmente.

Participações Industriais do Nordeste

espécie de valor mobiliário admitida à negociação em

18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

a. país

b. mercado

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

d. data de admissão à negociação

e. se houver, indicar o segmento de negociação

f. data de início de listagem no segmento de negociação

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

i. se houver, banco depositário

j. se houver, instituição custodiante

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

Participações Industriais do Nordeste

efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, pois jamais foi realizada qualquer oferta pública relativa a valores mobiliários do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

cas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de

18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não aplicável, pois o emissor não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos 3 últimos exercícios.

Participações Industriais do Nordeste

18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui plano de recompra de ações, nem possuiu nos últimos 3 exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui valores mobiliários em tesouraria, nem possuiu nos últimos 3 exercícios sociais.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possuía valores mobiliários em tesouraria na data do encerramento do último exercício social.

Participações Industriais do Nordeste

19.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**30/06/2002****Cargo e/ou função**

Todos os diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, do próprio emissor e das sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa a ato ou fato relevante, assim como os acionistas controladores do emissor nos termos da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, diretos ou indiretos, e respectivos colaboradores ("Colaboradores").

Principais características

Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios do emissor, é vedada a negociação direta ou indireta com valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados pela própria companhia e/ou por qualquer Colaborador do emissor. A mesma vedação aplica-se sempre que estiver em curso a aquisição ou alienação de ações do emissor, suas controladas, coligadas, sociedades sob o controle comum, ou ainda se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

As vedações previstas acima deixarão de vigorar tão logo o emissor divulgue o fato relevante respectivo ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da companhia ou de seus acionistas.

Os acionistas controladores, os acionistas que elegerem membros do conselho de administração, assim como qualquer pessoa ou grupo de pessoas que detenha 5% ou mais de qualquer espécie ou classe de ações emitidas pela companhia, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, não poderão negociar com valores mobiliários do emissor no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e anuais deste último.

Qualquer das vedações aqui referidas não é aplicável (i) às hipóteses de aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra segundo plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral, bem como (ii) às negociações realizadas pelo próprio emissor, seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, seus administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, desde que estejam em conformidade com a Política de Negociação aprovada em 30/06/2002.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização São vedadas as negociações com valores mobiliários do emissor ou a eles referenciados nos seguintes períodos:

- antes da divulgação ao mercado de fato ou ato relevante ocorrido nos negócios do emissor; e
 - no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e anuais do emissor.
-

Participações Industriais do Nordeste

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste

mentos ou procedimentos internos relativos à divulgação

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Política de Divulgação de Informações aprovada pelo conselho de administração do emissor em 30/06/2002 estabelece diretrizes que deverão ser observadas pelos Colaboradores da companhia quanto a informações consideradas relevantes segundo a Instrução CVM nº 358/2002.

Participações Industriais do Nordeste de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de divulgação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Em linhas gerais, a Política de Divulgação de Informações do emissor determina que:

- a divulgação de informações a respeito do emissor deve ser contínua, ordenada e acessível a todos os seus acionistas;
- cumprir aos Colaboradores do emissor guardar sigilo sobre ato ou fato relevante a que tenham acesso e que ainda não tenha sido divulgado ao mercado;
- os acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária deverão comunicar por escrito ao Diretor de Relações com Investidores ("DRI") qualquer ato ou fato relevante de seu conhecimento que não tenha sido ainda divulgado;
- é obrigação do DRI divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e, se for o caso, às Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que os valores mobiliários do emissor sejam negociados;
- no caso de omissão injustificada do DRI no cumprimento de seu dever de divulgação de fato relevante, caberá aos acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia comunicar tal fato à CVM;
- o DRI deverá ser previamente avisado caso se pretenda veicular, por qualquer meio de comunicação, ato ou fato relevante ainda não divulgado, para que este possa providenciar sua simultânea divulgação ao mercado;
- a divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação;
- caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação dos valores mobiliários, o DRI poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar a suspensão da negociação dos mesmos pelo tempo necessário à adequada disseminação de informação relevante;
- excepcionalmente, caso os acionistas controladores ou os administradores do emissor entendam que a revelação de ato ou fato relevante colocará em risco interesse legítimo da companhia, poderão os mesmos deixar de divulgá-lo;
- a divulgação de ato ou fato relevante deverá se dar através da publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços da Internet onde a informação completa estará disponível a todos os investidores;
- os administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária estão obrigados a informar à CVM, ao emissor (na figura do DRI), às Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares e de sociedades controladas ou controladoras que sejam companhias abertas, bem como as alterações em suas posições.

Participações Industriais do Nordeste

eis pela implementação, manutenção, avaliação e ção de informações

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É obrigação do DRI divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios do emissor, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que os valores mobiliários do emissor sejam negociados. Porém, no caso de omissão injustificada do DRI no cumprimento de seu dever de divulgação de fato relevante, caberá aos acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia comunicar tal fato à CVM.

Participações Industriais do Nordeste

tes

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste qualquer ativo relevante que não se enquadre como emissor

22.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Alienação pelo emissor da totalidade de sua participação direta na PIN Agropecuária Ltda. para a PIN Petroquímica Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.566.996/0001-10 (sociedade sob controle comum).

Operação descrita nos itens 6.5 e 8.3 do Formulário de Referência.

Participações Industriais do Nordeste

forma de condução dos negócios do emissor

22.2 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, pois não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios do emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

Participações Industriais do Nordeste ados pelo emissor e suas controladas não diretamente ; operacionais

22.3 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, pois o emissor não celebrou qualquer contrato com suas controladas que não seja diretamente relacionado com as atividades operacionais que desenvolve.

Participações Industriais do Nordeste

22.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.